



REVISTA DO
CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

EDIÇÃO 12 ANO III / DEZEMBRO DE 2016

109
Encontro do Conselho dos
Tribunais de Justiça



PRESIDENTE DO STF SE REÚNE COM OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Ministra Cármen Lúcia faz encontros regulares com os desembargadores do Conselho dos Tribunais de Justiça, presidido pelo desembargador Pedro Marcondes.



Processo eletrônico

Parceria garante aos Tribunais de Justiça o uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

Encontro em João Pessoa

Conselho dos Tribunais de Justiça realiza 109º Encontro na capital da Paraíba

Balanço das gestões

Presidentes de TJs apresentam resultados de dois anos de administração.



2,2

milhões de empresas do comércio de bens, serviços e turismo



4.610

municípios alcançados pelo Senac



16

milhões de empregos diretos e formais



34

federações filiadas



1/4

do PIB brasileiro



998

sindicatos filiados



2

milhões beneficiados em cursos gratuitos do Senac



5

milhões de matriculados pelo Sesc

Sistema CNC - Sesc - Senac

Do tamanho do Brasil

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) representa um setor fundamental para a economia brasileira, com atuação na defesa dos interesses de mais de 2,2 milhões de empresas, que empregam 16 milhões de trabalhadores e respondem por um quarto do PIB do País. Cabe também à CNC administrar um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo, formado pelo Sesc e pelo Senac.

As três entidades trabalham de forma integrada em todo o território nacional, levando conhecimento, educação, cultura, lazer, saúde, qualidade de vida e bem-estar para os mais distantes pontos do País.

Saiba mais em:

www.cnc.org.br
www.fecomercio-pa.com.br
facebook.com/fecomercio.para

www.sesc.com.br
www.sesc-pa.com.br
facebook.com/sescpara

www.senac.br
www.pa.senac.br
facebook.com/senacpara

APRESENTAÇÃO

A necessária prevalência dos princípios constitucionais sobre a crise do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro atravessa hoje difícil crise financeira e institucional. Tal situação, no entanto, não pode afrontar o Princípio da Independência dos Poderes, que resultaria no colapso do Poder Judiciário Estadual.

Sensível à crise financeira, no final do ano de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro emprestou 400 milhões de reais do Fundo Especial para o Governo do Estado, que seriam pagos em dois anos e que não foram restituídos. Além disto, diante de novos apelos do Governo do Estado, no início de 2015, o Tribunal de Justiça encaminhou para a ALERJ projeto de Lei conjunto com o Poder Executivo para liberação de valores de depósitos judiciais, o que permitiu ao Poder Executivo lançar mão de mais de 7 bilhões de reais de depósitos judiciais. Isto totaliza mais de 12 bilhões de reais se computados os valores de depósitos judiciais anteriormente repassados para pagamento de precatórios.

Apesar da significativa ajuda recebida, o Poder Executivo deixou de fazer o seu "dever de casa", já que, neste período, não se viu, infelizmente, esforço efetivo de redução de gastos. Ao contrário, houve manutenção de despesas expressivas com propaganda, elevadas e questionáveis isenções fiscais (há informações de isenções para salões de cabeleireiros, joalherias, e, por incrível que pareça, até de termas), nomeação de inúmeros cargos em comissão e de gastos também significativos em obras olímpicas, como noticiado na mídia.

De outro lado, desde dezembro de 2015, o Poder Executivo tem se recusado a repassar regularmente o duodécimo, em evidente descumprimento aos termos do artigo 168 da Constituição Federal. Diante desse fato, o Poder Judiciário se viu forçado a impetrar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Sob o mesmo fundamento jurídico, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Rio

"Desde dezembro de 2015, o Poder Executivo tem se recusado a repassar regularmente o duodécimo, em evidente descumprimento aos termos do artigo 168 da Constituição Federal. Diante desse fato, o Poder Judiciário se viu forçado a impetrar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal."



Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

"O Poder Judiciário do Rio de Janeiro está certo de que o C. Supremo Tribunal Federal não permitirá que a crise financeira do Estado seja utilizada como motivo para que seja rasgada a Constituição Federal, causando prejuízos irreparáveis para milhares de pessoas que, diariamente, têm suas demandas analisadas e julgadas pela Justiça."

de Janeiro e Sindicato de Servidores do Judiciário ajuizaram ações no Tribunal de Justiça, nas quais obtiveram medidas liminares determinando arrestos para repasse dos respectivos duodécimos.

Diante dos arrestos realizados, o Poder Executivo apresentou ADPF com manifesto interesse de obter um foro privilegiado para julgamento de seus processos, qual seja o Supremo Tribunal Federal, e cercear a regular atuação do Poder Judiciário Estadual.

De outro lado, ainda em sua conduta afrontosa ao Princípio da Separação dos Poderes, o Poder Executivo Estadual encaminhou projeto de lei no qual pretende que o cálculo do valor a ser repassado aos demais Poderes e Instituições seja feito mensalmente e unilateralmente, em flagrante descumprimento aos termos do artigo 99 da Constituição Federal.

Com isto, o Poder Executivo, mais uma vez, subjugou os demais Poderes; de um lado subtrai do Poder Legislativo a possibilidade de analisar e sancionar a arrecadação prevista; de outro, novamente, trata os demais Poderes e instituições tal como se fossem departamentos seus, já que a cada mês teriam o repasse de acordo com um valor apontado unilateralmente pelo Poder Executivo, sem qualquer controle, além de inviabilizar a

gestão dos demais Poderes.

Ainda no pacote de medidas encaminhadas para a Alerj, o Poder Executivo pretende transferir para o Poder Judiciário o cômputo das despesas decorrentes da aposentarias de magistrados e servidores, ainda que os valores que sustentem tais verbas tenham sido pagos e geridos pelo Poder Executivo. Esta pretensão, com graves repercussões na Lei de Responsabilidade Fiscal, inviabilizaria o funcionamento do Poder Judiciário, por implicar em drástica redução do quadro de pessoal.

Da mesma forma, escorando-se na crise financeira a que deu causa, pretende lançar mão de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário, protegidos pelo artigo 98, § 2º e 99 da Constituição Federal, que também constitui garantia ao Princípio da Autonomia do Poder Judiciário, já que os valores do Fundo Especial são indispensáveis para o pagamento de despesas de custeio.

O Poder Judiciário do Rio de Janeiro está certo de que o C. Supremo Tribunal Federal não permitirá que a crise financeira do Estado seja utilizada como motivo para que seja rasgada a Constituição Federal, causando prejuízos irreparáveis para milhares de pessoas que, diariamente, têm suas demandas analisadas e julgadas pela Justiça.



João Pessoa sedia o 109º Encontro

Capital da Paraíba abre as portas para a reunião do Conselho dos Tribunais de Justiça.

PÁGINAS 26 A 31.

CACIO MURILO / TJPB

NESTA EDIÇÃO

Presidentes fazem balanço de gestão

Desembargadores falam de suas ações à frente dos Tribunais e apontam avanços . PÁGINAS 32 A 59.

Pauta destaca a questão ambiental

Tecnologia e meio ambiente estiveram no centro dos debates durante o Encontro de Manaus.

PÁGINAS 8 A 14.

Parceria em prol da modernização

Conselho firma parceria com TRF4 para usar Sistema Eletrônico de Informações (SEI). PÁGINA 15.

EXPEDIENTE

EDITOR RESPONSÁVEL

WALBERT MONTEIRO

DRT 1095/PA

FOTOS

ASSESSORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, CNJ, WIKIMEDIA, FREEIMAGES.

APOIO:



ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES IMOBILIÁRIOS DE SÃO PAULO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Acre
Desa. **MARIA CEZARINETE DE SOUZA ANGELIM**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Alagoas
Des. **WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Amazonas
Des. **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Amapá
Desa. **SUELI PEREIRA PINI**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça da Bahia
Des. **MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Ceará
Desa. **MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do DF e Territórios
Des. **MÁRIO MACHADO VIEIRA NETTO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Espírito Santo
Des. **ANNIBAL DE REZENDE LIMA**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Goiás
Des. **LEOBINO VALENTE CHAVES**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Maranhão
Desa. **CLEONES CARVALHO CUNHA**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Des. **PAULO DA CUNHA**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
Des. **JOÃO MARIA LÓS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Des. **HERBERT CARNEIRO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Pará
Des. **CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça da Paraíba
Des. **MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Paraná
Des. **PAULO ROBERTO VASCONCELOS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Des. **LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Piauí
Des. **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Des. **LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Des. **CLAUDIO SANTOS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Des. **LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Rondônia
Des. **SANSÃO BATISTA SALDANHA**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Roraima
Des. **ALMIRO PADILHA**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Des. **JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de São Paulo
Des. **PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Tocantins
Des. **RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA**
(2015-2017)

COMISSÃO EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ NOVEMBRO DE 2017

Presidente:

Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES** (TJMG)

Membros:

Des. **JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO** (TJRS)
Des. **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS** (TJSC)
Des. **PAULO ROBERTO VASCONCELOS** (TJPR)
Des. **JOSÉ RENATO NALINI** (TJSP)
Des. **LEOBINO VALENTE CHAVES** (TJGO)
Desa. **MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE** (TJCE)
Des. **FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES** (TJPE)
Des. **CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS** (TJRN)
Des. **JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES** (TJAL)
Desa. **CEZARINETE ANGELIM** (TJAC)
Des. **RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA** (TJTO)
Des. **GETÚLIO VARGAS DE MORAES OLIVEIRA** (TJDF)

Encontre o Sistema Faepa/Senar no Pará

SANTARÉM | REGIÃO BAIXO AMAZONAS

Coordenador: Adinor Batista dos Santos
Endereço: Av. Antônio Simões, Nº 350.
CEP: 68030-290
Fone: (93) 3522-1177
E-mail: adinor@faepanet.com.br

BELÉM | REGIÃO MARAJÓ

Coordenador: Antônio Araújo
Endereço: Trav. Dr. Moraes, nº 21, Nazaré.
Fone: (91) 4008-5383
E-mail: araujo@aruans.com.br

CASTANHAL | REGIÃO GUAJARINA

Coordenador: Gilberto Brito
Endereço: SPR - Rod. BR-316,
Km 69, Parque de Exposição
Fone: (91) 3721-7300
E-mail: gilbertobrito@faepanet.com.br

TUCURUÍ | REGIÃO TOCANTINS

Coordenador: Jahyr Seixas Gonçalves
Endereço: Av. Governador Aloísio Chaves, 295.
Nova Tucuruí - CEP: 68456-590
Fone: (94) 3787-2725
E-mail: jahyrseixas@faepanet.com.br

CAPANEMA | REGIÃO BRAGANTINA

Coordenador: Tiago Araújo
Endereço: Av. Barão de Capanema, 956.
Fone: (91) 3462-6077
E-mail: tiago@faepanet.com.br

ALTAMIRA | REGIÃO TRANSAMAZÔNICA

Coordenador: Francisco Alberto de Castro (Chicão)
Endereço: SPR - Rua Anchieta, 2187, Perpetuo
Socorro, CEP: 68371-190
Fone: (93) 3515-1956
E-mail: franciscoalberto@faepanet.com.br

PARAGOMINAS | REGIÃO NORDESTE PARAENSE

Coordenador: Luis Carneiro de Oliveira
Endereço: Rod. PA - Km 125, s/nº, Parque de
Exposição | CEP: 68625-620
Fone: (91) 3729-3983
E-mail: carneiro@faepanet.com.br

ITAITUBA | REGIÃO TAPAJÓS

Coordenador: Antônia Lemos Gurgel
Endereço: Rua Antônio Gomes Bilby, nº 340.
Bela Vista - Itaituba - CEP: 68180-170
Fone: (93) 3518-1166
E-mail: antonia@faepanet.com.br

MARABÁ | REGIÃO CARAJÁS

Coordenador: Antônio Miranda Sobrinho
Endereço: Rod. PA 150 Km 10 - Parque de Exposição
Agropecuária - Marabá | CEP: 68500-000
Fone: (94) 3323-4603
E-mail: amirandinha@hotmail.com

REDENÇÃO | REGIÃO SUL DO PARÁ

Coordenador: Jordan Carvalho
Endereço: Av. Brasil Leste, 350 - Jardim Cumarú -
Parque de Exposição Pantaleão Lourenço Ferreira,
Cx. Postal 71 I CEP: 68551-240
Fone: (94) 3424-2651
E-mail: jordan@suldopara.com.br



www.faepanet.com.br



/FAEPA



/@sistemaFAEPA



A MAIOR
*Escola
da Terra*

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural



ENCONTRO

DORA PAULA / TJAM DIVULGAÇÃO



Conselho discute tecnologias digitais no 108º Encontro

Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, presidido pelo desembargador Pedro Bitencourt Marcondes (centro).

■ ■ *Mudanças tecnológicas estiveram na pauta da reunião dos presidentes*

A celeridade processual, a otimização de recursos, o aumento da produtividade de magistrado e das Comarcas e demais benefícios gerados pela utilização de novas tecnologias no Poder Judiciário foram assuntos abordados no 108º Encontro dos Tribunais de Justiça, realizado em Manaus, nos dias 29 e 30 de setembro. O evento, realizado no Salão Rio Negro A, do Tropical Ecoresort, na zona Oeste da cidade, foi aberto pelo presidente do CTJ, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, que, junto com o anfitrião do encontro e presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), desembargador Flávio Pascarelli, deram as boas-vindas aos participantes. O

corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Mauro Campbell Marques, que é amazonense, também prestigiou a reunião, como convidado.

A "Transformação digital na Justiça brasileira" foi um dos principais temas do Encontro. Os representantes dos Tribunais discutiram os impactos gerados, nos últimos 15 anos, pela implementação de ferramentas tecnológicas no Judiciário brasileiro e analisaram novas tendências de atuação.

"A utilização e a gestão de novas tecnologias são necessárias e geram impactos positivos, contribuindo para que o Judiciário brasileiro responda de forma

cada vez mais célere aos anseios da sociedade", comentou o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), desembargador Flávio Pascarelli.

Em âmbito regional, o TJAM tem como uma de suas prioridades a incorporação de novas tecnologias em seu ofício. Conforme a Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Corte Estadual, hoje, aproximadamente 99% dos processos tramitam em formato eletrônico - por meio dos sistemas e-SAJ e Projudi - e muitas ações, no segmento de tecnologia, estão sendo projetadas por sua atual gestão, dentre elas, a execução do Programa Amazônia Conectada, firmada a partir de um convênio com o Exército Brasileiro e que vai potencializar a conexão entre as Comarcas

do Amazonas; e a implantação de um sistema para realização de audiências de custódia à distância, dentre outras providências.

PANORAMA E PERSPECTIVAS

Na oportunidade, foram ressaltados alguns dos impactos e uma 'linha do tempo' com fatos que marcaram a implementação tecnológica no Judiciário Nacional, com ênfase à criação da 1ª Vara e do 1º Juizado com atuação digital, em 2002, ambos na cidade de Campo Grande, pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS); o 1o. Fórum "digital", na Freguesia do Ó (SP) e divulgação do 1o. Diário da Justiça Eletrônico (DJE), ambas as ações de iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em 2006; a 1a. gravação de audiência, tam-

bém em 2006 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e destacando o Amazonas como o primeiro Estado com as Comarcas do interior 100% digital.

Analisando cases da gestão tecnológica em uso em alguns Estados brasileiros, a rodada de debates destacou a otimização dos recursos humanos no Poder Judiciário, uma vez que demanda menos servidores para a execução de serviços, podendo ser designados a outras funções; o peticionamento eletrônico; juntada digital; a possibilidade de gravação de audiências; a execução fiscal eletrônica; a integração com outros órgãos; a disponibilização de serviços como o Diário da Justiça Eletrônico, dentre outros.

(Com informações de Afonso Júnior, do TJAM)

DORA PAULA / TJAM DIVULGAÇÃO



Palestras e painéis abordaram temas relevantes para o aprimoramento da Justiça estadual.

DORA PAULA / TJAM DIVULGAÇÃO



ENCONTRO



DORA PAULA / TJAM DIVULGAÇÃO

Conselheiro do CNJ fala sobre índices de atualização monetária

■ ■ José Norberto Lopes Campelo destacou papel da logística sustentável

Presidentes, vice-presidentes e corretores dos Tribunais de Justiça de 23 Estados brasileiros, reunidos para o 108º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ), em Manaus, assistiram a uma palestra sobre “Padronização dos índices de atualização monetária no Poder Judiciário”, proferida pelo conselheiro José Norberto Lopes Campelo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Após a palestra sobre a padronização dos índices de atualização monetária no Poder Judiciário, o conselheiro José Norberto Campelo abordou as vantagens da adoção, pelos tribunais, do processo eletrônico para a tramitação dos processos. Ele frisou que a virtualização permite, por exemplo, racionalizar e otimizar o uso dos recursos humanos, conferindo mais eficiência e agilidade às atividades do Judiciário. “É certo que há entraves a serem superados para que os tribunais possam avan-

çar neste processo de modernização. Cidades com serviços de fornecimento de energia deficientes e com Internet de baixa qualidade, a multiplicidade de sistemas e a necessidade de treinamento de pessoal são alguns desses entraves”, pontuou o conselheiro.

O presidente do CTJ, desembargador Pedro Marcondes, lembrou que, em julho deste ano, resultado dos esforços do Conselho para firmar convênio com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, oito tribunais estaduais assinaram um termo de adesão ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI), uma ferramenta de gestão de processos e documentos eletrônicos que permite a assinatura digital e trâmites administrativos. A plataforma, que permite a atuação simultânea de servidores de várias unidades em um mesmo processo, foi desenvolvida pelo TRF.

Campelo encerrou sua palestra destacando

Conselheiro José Norberto Lopes Campelo, do CNJ, Campelo (à direita) falou sobre atualização monetária e logística.

também a importância de os Tribunais aderirem ao Plano de Logística Sustentável, previsto na Resolução 201/2015, que segundo ele é uma ferramenta fundamental para a gestão como parâmetro para a responsabilidade socioambiental. De acordo com o conselheiro, entre as 27 unidades da federação, 14 já enviaram seus Planos de Logística Sustentável para apreciação do CNJ.

PREOCUPAÇÃO

Encerrando a programação da manhã, os presidentes de Tribunais Estaduais de Justiça apresentaram ao conselheiro José Norberto Campello, do CNJ, suas preocupações com o prazo para o cumprimento da Resolução 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e 2º graus. “Fica claro, por tudo que foi exposto, que é inexequível o cumprimento integral da Resolução no prazo determinado. Parcialmente, muitos Estados certamente avançarão no cumprimento do que está estabelecido pela Resolução. Nos itens que tratam de realocação de pessoal, unificação das carreiras e, ainda, dos cargos de assessoramento e funções de confiança da 1ª para a 2ª instância, nenhum dos tribunais terá condições de cumprir dentro do prazo, seja por questões orçamentárias ou por questões legais”, disse o presidente do CTJ, desembargador Pedro Marcondes.

Ele destacou que o assunto já foi levado à nova presidente do CNJ e também do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, e que continuará sendo discutido. “Com certeza iremos reiterar esta questão nas próximas reuniões que teremos com a ministra e esperamos que haja sensibilidade do CNJ para essa dificuldade dos Tribunais em relação a essa normativa”, disse o desembargador.

DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA SENADO



BALANÇO

O conselheiro do CNJ José Norberto Campello elogiou a pauta do 108º Encontro do CTJ, ao encerrar a sua participação no evento que ocorreu em Manaus, nesta sexta-feira. “Foi uma reunião muito produtiva. Penso que esses encontros são fundamentais para que os Tribunais possam trocar experiências e conhecer, inclusive, boas práticas em outras Cortes do mesmo porte e entrar mais rapidamente no processo de padronização de procedimentos, elevando a eficiência da Justiça”, afirmou.

O ministro Mauro Campbell Marques, corregedor-geral da Justiça Federal, salientou estar agradecido pelo convite para participar deste encontro de trabalho. O ministro lembrou que o País vive um período de crise econômica, sendo este um cenário que deve estimular a criatividade para suplantarmos os problemas impostos, de maneira a superá-los com novas práticas, novas metas administrativas e judiciais. “Todos os temas trazidos à bancada do encontro foram de suma importância, como é o caso do processo eletrônico, que ajuda a encurtar distâncias e uniformizar procedimentos judiciais, beneficiando a população”, afirmou o ministro.

O presidente do Tribunal de Justiça

Campello elogiou a pauta do 108º Encontro: “Penso que esses encontros são fundamentais para que os tribunais possam trocar experiências”.

do Amazonas (TJAM), desembargador Flávio Pascarelli, destacou a importância do debate com temas de grande relevância para o Poder Judiciário. “Progredimos bastante nas discussões que dizem respeito à adequação dos Tribunais às Resoluções do CNJ, sobretudo a Resolução 219. O prazo que foi dado aos Tribunais para adequação é muito pequeno e estamos reiterando o alargamento deste prazo ao CNJ, na pessoa do conselheiro Norberto, que participou conosco deste encontro”, afirmou Pascarelli.

O presidente também destacou o espaço que foi dado no encontro à discussão dos sistemas de processo eletrônico. “Conhecemos a realidade de cada Tribunal. O Judiciário do Amazonas, por exemplo, já está com 99% de seus processos em meio digital, mas é inegável que precisamos avançar porque as nossas rotinas ainda estão atreladas à realidade do processo de papel. Temos que rever, mudar essas rotinas, para entrarmos efetivamente na era digital”, disse o presidente do TJAM.

(Com informações de Terezinha Torres, do TJAM)

ENCONTRO



DORA PAULA | TJAM

Encontro na capital amazonense enfatiza questão ambiental

Na reunião do Conselho, destaque para as relevantes questões ambientais.

■ ■ *Magistrados avaliam impactos de atividades econômicas na Amazônia*

O 108º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ), realizado em Manaus, na sexta-feira (30), enfatizou a temática ambiental com o alerta para o risco de extinção do sauí-de-coleira, o macaquinho símbolo da capital amazonense; a descarbonização do evento com o plantio de mudas de espécies nativas e paisagísticas; e a distribuição de sacolas elaboradas com garrafas PET.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), desembargador Flávio Pascarelli Lopes, anfitrião do evento, a iniciativa tem a finalidade de promover a reflexão dos participantes a respeito do tema sustentabilidade e da preservação ambiental, como

parte do Projeto TJAM + Verde. Presidentes, vice-presidentes e corregedores de Tribunais de Justiça de 23 Estados estão participando do encontro, promovido no Tropical Ecoresort, na Ponta Negra, zona Oeste de Manaus.

As atividades deste encontro iniciaram com a cerimônia simbólica de descarbonização do evento, por meio do plantio de mudas de espécies nativas e paisagísticas, uma forma encontrada para compensar emissão de carbono ocorrida durante a realização do encontro nacional. O plantio começou às 8h30, no zoológico do hotel, quando o presidente do CTJ, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, plantou uma muda de Andiroba, espécie

nativa muito procurada na região para uso medicinal e também para fins cosméticos; em seguida, o conselheiro José Norberto Lopes Campelo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), plantou uma muda de Pau-Brasil, árvore cuja exploração foi a primeira atividade econômica dos portugueses em território brasileiro.

O presidente do TJAM promoveu a descarbonização com o plantio de uma muda da Samaúma, espécie da Amazônia e uma das maiores árvores das florestas tropicais, podendo chegar à altura de um prédio de 16 andares: suas sementes servem de alimento para os peixes, produz substâncias com propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, e a sua paina, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), tem propriedades oleoabsorventes, servindo para recuperar áreas com derramamento de óleo em ambiente em água doce ou salgada.

As mudas de Pau Pretinho foram plantadas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, e pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), Aristeu Dias Batista Villela. O Pau Pretinho é uma espécie muito utilizada na arborização urbana, sobretudo nas vias públicas. E a muda de Ipê Amarelo foi plantada pelo presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha. Em tupi, o ipê significa árvore cascuda. Ela é resistente e durável e a espécie é muito utilizada na arborização de espaços urbanos, parques, sítios e outros locais.

As mudas de Andiroba e Samaúma foram fornecidas pelo Instituto Soka – Centro de Pesquisas e Estudos Ambientais do Amazonas (Cepeam) e as demais, pelo orquidário do hotel. O local escolhido para o plantio, o zoológico do Tropical, funciona há 40 anos. O biólogo e responsável técnico pelo zoo, Nonato Amaral, disse que 186 animais, entre mamíferos, aves e répteis, vivem no zoológico, incluindo a onça pintada e a jaguatirica.

SAUIM-DE-COLEIRA

O risco de extinção do sauim-de-coleira foi levantado pelo 108º Encontro do

CTJ. O animal só é encontrado no Estado do Amazonas – em parte dos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara. De acordo com a Campanha Salve o Sauim, o macaquinho encontra-se atualmente em perigo crítico de extinção devido ao desmatamento e fragmentação do seu habitat natural.

As entidades que participam da campanha defendem que a maneira mais eficaz para impedir o desaparecimento do animal é conservando os blocos florestais em que vivem, transformando-os em unidades de conservação.

SACOLAS ECOLÓGICAS

As sacolas ecológicas distribuídas entre os participantes do encontro foram elaboradas a partir da reciclagem de garrafas PET. Também foram entregues cartilhas e CDs que tratam da temática ambiental e o que diz a legislação brasileira sobre o assunto, oferecidos pela Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias (Vemaqa).

(Acyane do Valle / TJAM)

Senador Eduardo Braga
(à frente) participou do
Encontro do Conselho
dos TJs, em Manaus.

DORA PAULA | TJAM



CARTA DE MANAUS

O CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, reunido na cidade de Manaus (AM), ao final do 108º Encontro, nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

- 1) Reafirmar** a impossibilidade de cumprimento integral da Resolução 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça, mesmo no prazo estipulado pela Resolução 243/2016, em razão das dificuldades orçamentárias e financeiras dos tribunais, expostas em requerimento dirigido àquele órgão.
- 2) Manifestar** inconformismo com a proposta de emenda constitucional 62/2015 do Senado Federal, por afrontar o caráter nacional e unitário do Poder Judiciário, decorrente de cláusula pétrea que não pode ser alterada pelo poder constituinte derivado.
- 3) Registrar**, desse modo, a justa expectativa de rejeição da referida PEC pelo Parlamento, e encarece atenção ao tema pela Presidência do Supremo Tribunal Federal, em razão das graves consequências para o caráter nacional do Poder Judiciário.
- 4) Apoiar** as iniciativas voltadas à conservação de blocos florestais visando garantir a preservação das espécies animais em extinção, especialmente a do Sauim-de-Coleira, do Estado do Amazonas, com difusão de campanhas nos sites dos Tribunais.

Manaus (AM), 30 de setembro de 2016

TECNOLOGIA

Parceria garante uso de sistema eletrônico pelos Tribunais

■ ■ *Software reduzirá o uso de papel e permitirá agilidade aos processos*

O presidente do Conselho de Tribunais de Justiça, desembargador Bitencourt Marcondes, assinou acordo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, para a utilização pelos TJs do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), uma solução simplificada para a tramitação dos processos administrativos internos. Assinou pelo TRF4 o presidente em exercício, desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

Com o acordo, o Conselho dos Tribunais de Justiça passa a realizar a cessão do SEI para os tribunais estaduais que manifestarem interesse no uso do sistema que dispensa o papel nos trâmites administrativos. “O convênio funcionará como um guarda-chuva, com o Conselho administrando a cessão do SEI aos TJs. Atualmente, já utilizam o sistema os Tribunais de Justiça do Acre, do Tocantins, do Espírito Santo e do Paraná”, informou Marcondes.

De acordo com ele, os tribunais terão apenas benefícios. “Haverá eliminação de papel e consequentemente economia com essa despesa e melhor aproveitamento de espaços. É uma mudança de paradigma. Com esse sistema, ofícios, comunicados internos e portarias - produtos da área meio - nascem de maneira eletrônica”. E acrescentou: “Os tribunais estaduais têm muito interesse na implantação do SEI, por ser um sistema simples, no qual o sucesso está justamente na facilidade de uso e de implantação. Além de ser extremamente eficiente, é gratuito”.

O TJ de Minas Gerais deve ser o primeiro tribunal a ter o SEI implantado após a assinatura do convênio. “Também estão na expectativa de receber o sistema os Tribunais de Justiça de Rondônia, Roraima, Distrito Federal, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo”,

garantiu a juíza auxiliar da Presidência do TJMG, Lisandre Borges.

O SEI é um sistema de gestão documental totalmente criado e desenvolvido por servidores da Justiça Federal da 4ª Região. Cedido pelo TRF4 sem custos para outras instituições públicas, o SEI permite transferir toda a gestão de processos administrativos para o meio eletrônico. Com a ferramenta, a tramitação de expedientes, desde a criação, edição, assinatura, até o armazenamento, é realizada virtualmente.

A ferramenta é de grande valia para os tribunais, pois, ao produzir, tramitar e armazenar, de forma eletrônica, documentos que sempre estiveram em pilhas de papéis, trará celeridade, economia e transparência. O presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, afirmou que esse sistema traz uma mudança de conceito. “Em um estado como Minas Gerais, com uma quantidade expressiva de comarcas, eliminar toda a papelada administrativa significa redução de tempo, espaço e dinheiro, contribuindo diretamente para o meio ambiente”, ponderou.

Desembargador Pedro Marcondes e o desembargador federal Carlos Eduardo Lenz, durante assinatura do convênio.

TJMG / DIVULGAÇÃO



REUNIÃO



CARLOS HUMBERTO/STF

Ministra Cármen Lúcia atende os presidentes de Tribunais

Ministra Cármen Lúcia e presidentes dos Tribunais de Justiça durante reunião em Brasília.

■ ■ *Presidente do STF discutiu temas relevantes da Justiça com o Conselho*

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, reuniu-se pela terceira vez desde a sua posse, em setembro, com os presidentes dos Tribunais de Justiça (TJs) estaduais. O encontro ocorreu no dia 14 de novembro. Os temas discutidos foram: compilação das resoluções do CNJ, judicialização da saúde, concursos públicos para juízes, priorização da primeira instância do Judiciário, segurança dos magistrados e melhoria na gestão dos processos.

A ministra informou que o grupo de

trabalho formado para analisar as resoluções do CNJ terminou o estudo e propôs a redução das atuais 258 normas para 25, e solicitou aos presidentes dos TJs sugestões para aperfeiçoar a proposta.

A presidente do STF anunciou ainda que foi assinado um convênio com o Hospital Sírio-Libanês para que sejam disponibilizados, pela internet, dados sobre remédios e tratamentos, o que auxiliará os juízes no julgamento desses casos. A previsão é que a plataforma esteja disponível até o final do ano. Ela informou também que os governadores se comprometeram a ceder de

um a dois médicos aos tribunais estaduais para subsidiar os magistrados nos processos que envolvam saúde.

A ministra Cármen Lúcia pediu aos participantes da reunião sugestões de medidas para melhorar a prestação jurisdicional na Justiça de 1º grau. Solicitou que os presidentes dos TJs enviem dados sobre o número de processos que entraram nos tribunais e quantos foram julgados para que o assunto seja discutido no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, marcado para os dias 5 e 6 de dezembro.

Outro tema abordado foi a segurança dos magistrados. A presidente do STF disse que é preciso traçar políticas institucionais a fim de dar tranquilidade aos juízes para julgarem. Segundo ela, há uma carência nas condições de trabalho de alguns magistrados, especialmente os das varas criminais.

A ministra Cármen Lúcia disse que encarregou o Núcleo de Suporte Logístico e Segurança do CNJ de fazer um levantamento junto aos 1.396 juízes criminais do país para saber o que precisam em termos de segurança física. “Os

juízes têm que ter tranquilidade para julgar”, afirmou a ministra.

A ministra afirmou aos presidentes dos TJs que enviará a todos, ainda nesta semana, um conjunto de informações sobre os projetos de lei envolvendo a magistratura que estejam em tramitação no Congresso Nacional para que eles se manifestem. Ela se comprometeu a encaminhar aos parlamentares um documento com as sugestões recebidas.

Os presidentes do TJs expuseram os problemas de seus Estados e fizeram algumas sugestões. Também incluíram na pauta de discussão o sistema penitenciário, a gestão financeira dos tribunais, o Processo Judicial Eletrônico (PJe), teletrabalho, Defensoria Pública, cartórios extrajudiciais, auxílio-moradia e proposta da nova Lei Orgânica de Magistratura Nacional (Loman). Compareceram à reunião 26 presidentes de tribunais estaduais e do Distrito Federal. Ausente apenas o presidente do TJ de Alagoas.

(Agência CNJ de Notícias com informações do Supremo Tribunal Federal)

Entraram na pauta do encontro com a ministra Cármen Lúcia priorização da primeira instância do Judiciário, segurança dos magistrados e melhoria na gestão dos processos.

CARLOS HUMBERTO/STF



OPINIÃO

O Código de Processo Civil e suas repercussões nas atividades notariais e registrais



João Pedro Lamana Paiva é presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, vice-presidente do Colégio Registral do RS, oficial titular do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre e membro da Academia Brasileira de Direito Registral Imobiliário. Este artigo foi concluído em setembro de 2016.



Na edição de junho deste ano, apresentamos o artigo “Reflexos do novo CPC nas atividades notariais e registrais”, apontando as principais novidades do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, sancionada em 16.3.2015), que provocaram impacto nas atividades notarial e de registro.

Neste artigo, estamos dando continuidade à exposição acerca da análise sobre as implicações da nova lei processual em relação aos serviços extrajudiciais de notas e registros.

1. Aplicação no Processo Administrativo

O CPC é uma lei de caráter cível, aplicável a todo o Direito Processual brasileiro que não tenha índole criminal, salvo quando existente regulamentação específica com efeito derogatório de sua aplicação. Assim, o artigo 15 de nosso novo estatuto processual civil inseriu, de forma expressa, o emprego subsidiário e supletivo do Código de Processo Civil em relação aos processos eleitoral e trabalhista, consagrando o que já vinha sendo praticado no país, mas também inovando ao inserir a possibilidade de sua incidência no desenvolvimento do processo administrativo.

Permeiam entre as atividades notarial e de registro procedimentos e práticas que se coadunam com processos administrativos, cabendo aos operadores do Direito um estudo mais aprofundado das situações de aplicação e compatibilidade com essas atividades.

2. Contagem de Prazo

A contagem dos prazos processuais no novo Código de Processo Civil sofreu grandes alterações, se comparada às antigas normas aplicáveis. O artigo 219 determina que, nos prazos fixados em dias, sejam contabilizados apenas os dias úteis, excluindo-se, dessa forma, os finais de semana e os feriados. Os notários e registradores terão de estar atentos a essa nova forma de contagem quando se tratar de dar cumprimento a ordens e procedimentos judiciais cujo prazo tenha sido definido em dias para a manifestação ou a prática de ato.

Em razão da aplicação subsidiária do CPC às práticas do Registro de Imóveis, é possível avançar a reflexão sobre a repercussão nas atividades desenvolvidas, constatando ser aplicável aos procedimentos do serviço registral, tais como: retificações administrativas de registros (arts. 212 e 213 da Lei nº 6.015/73), usucapião extrajudicial (art. 216-A da Lei nº 6.015/73), procedimento de dúvida (art. 198 da Lei nº 6.015/73), registro de loteamento (art. 167, I, nº 19, da Lei nº 6.015/73), instituição de bem de fa-

mília (art. 260 e seguintes da Lei nº 6.015/73), intimação para consolidação de propriedade na garantia de alienação fiduciária (Lei nº 9.514/97). Estes são procedimentos administrativos, diferindo-se dos atos de registro praticados pelo fluxo geral disposto no artigo 182 e seguintes da LRP.

3. Competência

A nova lei trouxe alterações aos procedimentos judiciais, atos do processo e também à competência processual.

Para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício, a competência passou a ser a do local da sede da serventia, de acordo com o art. 53, inciso III, alínea “f”. Inicialmente esta modificação não traz grande impacto à área notarial e de registro, mas trazemos o exemplo da ação de reparação por ocasião da procuração pública lavrada com falsidade ideológica, a qual terá competência na comarca da sede do Tabelionato em que foi lavrada e não na comarca em que foi utilizado o instrumento de mandato.

4. Hipoteca judiciária

A hipoteca judiciária, instituto de garantia de crédito na fase do processo de conhecimento, sofreu alterações quanto aos seus requisitos e à sua instrumentalização. A nova lei acrescentou, no artigo 495, §1º, III, a possibilidade de registrar a hipoteca judiciária mesmo havendo impugnação da sentença por recurso dotado de efeito suspensivo.

Para o registro de uma hipoteca judiciária, era preciso um mandado judicial com fim específico, o que não será mais necessário na vigência do novo Código de Processo Civil. O parágrafo segundo do artigo 495 delineou uma nova especificação de título ao determinar que o interessado apresentará a cópia da sentença, independentemente de ordem judicial, o que facilitará a oneração no fôlio real e garantirá o direito de preferência em relação aos outros credores, observada a prioridade no registro. Junto à cópia da sentença, deverá ser apresentada uma declaração do exequente e do advogado do processo indicando os bens a serem hipotecados.

A decisão interlocutória, como disposto no artigo 203, §2º, é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não extingue o procedimento comum ou a execução judicial. Porém, essas decisões podem ter como conteúdo o mérito da causa, sendo consideradas sentenças aparentes, conforme doutrinam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. Por isso, fica o questionamento: é possível o registro

da hipoteca judiciária com decisão interlocutória para pagamento de prestação pecuniária?

5. Gratuidade dos emolumentos

A gratuidade da justiça sofreu alterações com impacto direto nas atividades notarial e registral, conforme artigo 98 da nova norma processual. A assistência judiciária gratuita, deferida pelo juiz, foi estendida aos emolumentos dos atos praticados por notários e registradores. Havendo dúvida fundada quanto ao preenchimento dos pressupostos para a concessão de gratuidade, no parágrafo 8º do artigo 98, são oportunizados ao titular mecanismos para reivindicar os emolumentos. Com todo o contexto do cenário, as classes deverão batalhar pela percepção dos emolumentos.

A prática de ato registral albergado pela AJG não pode ser evitada por um dos recursos processuais, tendo em vista que a decisão deferitória da AJG já transitou em julgado. Conforme se apresenta, o instrumento judicial para contestar a gratuidade indevida é a ação impugnativa autônoma, que visa justamente à reforma da decisão já transitada em julgado.

De outro lado, a mesma norma disponibilizou aos notários e registradores um instrumento de cobrança dos emolumentos ao definir que a certidão expedida por serventia notarial ou de registro, relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas em razão dos atos praticados, constituirá título executivo extrajudicial, conforme dispõe o artigo 784, XI.

6. Protesto de título executivo judicial

O legislador apresentou um procedimento mais célere para execução de dívidas oriundas das sentenças referidas no art. 515, I, relativas a “decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa”.

O artigo 517 do novo CPC dispõe que se o condenado não pagar voluntariamente o valor devido no prazo de 15 (quinze) dias, poderá o exequente apresentar no Tabelionato de Protesto a certidão de teor da decisão contendo o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

O protesto da dívida poderá acelerar o pagamento do valor, tendo em vista que determinadas categorias profissionais (comerciantes, empresários, etc.) têm elevado inte-

resse em não terem seus nomes protestados, em razão da atividade desenvolvida.

7. Constituição de renda

A constituição de renda para assegurar o pagamento das prestações de alimentos já era prevista no antigo Código de Processo Civil no artigo 415-Q. A nova lei trouxe inovações ao procedimento, facultando ao exequente requerer a constituição de capital por parte do executado, conforme artigo 533 e parágrafos, bem como possibilitando constituir renda com direitos reais sobre imóveis suscetíveis de alienação.

Sua formalização depende de escritura pública, nos termos do artigo 807 do Código Civil, devendo ser averbada na matrícula do imóvel, não significando direito real. Caso o credor queira uma garantia real, deverá formalizar uma hipoteca e o seu devido registro na matrícula imobiliária.

Porém, de acordo com o § 1º do art. 533 do CPC, para a publicidade e segurança jurídica, procede-se a averbação na matrícula do imóvel que se torna INALIE-NÁVEL E IMPENHORÁVEL enquanto durar a obrigação do executado.

8. Protesto de título executivo extrajudicial

As cobranças das dívidas de condomínio eram feitas pelo procedimento comum de uma ação de cobrança, retardando por até cinco anos o recebimento dos valores devidos pelo condômino.

O artigo 784, inciso X da nova lei, trouxe como novidade a criação de um novo título executivo extrajudicial: “o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas”.

Com o novo título executivo, vencida a parcela condominial e não paga, poderá a administração do condomínio proceder ao protesto da dívida no Tabelionato de Protesto competente, tornando mais célere a cobrança e significativamente mais ágil a execução da dívida, caso não seja efetuado o pagamento.

9. Patrimônio de Afetação

O instituto do Patrimônio de Afetação foi um dos grandes instrumentos da legislação do século XXI para proteção aos adquirentes de boa-fé de imóveis sob regime de incorporação imobiliária, constituindo um patrimônio separado, incomunicável e independente, destinado à efetiva conse-

cução da obra e a entrega das unidades aos respectivos compradores.

A nova Lei processual no art. 833, inciso XII, prestigiou o importante instrumento de garantia dos adquirentes de unidades imobiliárias sob regime de incorporação, reforçando o caráter IMPENHORÁVEL dos créditos protegidos pelo Patrimônio de Afetação, como bem explicitado por Melhim Chalhub.

10. Penhor legal

A atividade notarial foi prestigiada com a aquisição da competência para homologação do penhor legal, artigo 703 e seguintes. O interessado poderá firmar requerimento no Tabelionato de seu interesse, que promoverá a notificação extrajudicial do devedor para, em até cinco dias, pagar o débito ou impugnar. Se ocorrer a impugnação, o procedimento é encaminhado ao juízo competente. Caso contrário, será lavrada escritura de homologação do penhor legal. Como se vê, a desjudicialização de procedimentos mais uma vez valorizou o Tabelião de Notas.

11. Divisão e demarcação de terras particulares

A aceitação da escritura pública para fins de divisão de condomínio, prevista no artigo 571, não configura novidade no Direito Registral e Notarial. Contudo, a explicitação no novo Código de Processo Civil enfatiza a possibilidade de resolver os litígios de forma amigável e extrajudicialmente, evitando o aumento das demandas judiciais. O georreferenciamento, devidamente averbado no registro de imóveis, é vislumbrado no artigo 573 como meio de prova que dispensa a perícia nas ações de divisão ou demarcação, tamanha a sua precisão e confiabilidade.

12. Registro eletrônico

Estamos em um importante momento histórico de transformação dos procedimentos judiciais, bem como os notariais e de registro, em razão das novas tecnologias. Vislumbrando esse avanço, o meio eletrônico passou a integrar o novo Código de Processo Civil, o qual ganhou uma seção dedicada à prática eletrônica de atos processuais, nos artigos 193 a 199. O parágrafo único do artigo 193 abriu caminho para o futuro registro eletrônico, tornando aplicável à atividade notarial e registral, no que for cabível, a prática eletrônica de atos processuais. Será um grande passo para a interconexão de dados por meio eletrônico.

Porto Alegre-RS/Novembro/2016

TJSC / DIVULGAÇÃO

TJSP / DIVULGAÇÃO

MÉRITO



Desembargadores Schaefer e Nalini saem para aposentadoria

Nelson Schaefer (acima, à esquerda) e José Renato Nalini (à direita) tiveram atuação destacada nos Tribunais de Santa Catarina e São Paulo, respectivamente.

Juristas integram a Comissão Executiva do Conselho dos Tribunais

Membro da Comissão Executiva do Conselho dos Tribunais de Justiça, o desembargador Nelson Schaefer Martins aposentou-se do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 28 de julho. Natural de Tubarão, o desembargador Nelson Schaefer tem 61 anos e iniciou na magistratura catarinense como juiz substituto da comarca de Concórdia, em 1981. Promovido a juiz de direito com atuação na comarca de Seara, em 1983, julgou também nas comarcas de Guaramirim, Indaial, Balneário Camboriú, Tubarão e Blumenau. Foi promovido ao cargo de juiz de direito substituto de 2º grau em 1997. Chegou ao cargo de desembargador, promovido por merecimento, em 2001.

No Tribunal, atuou como diretor-geral do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) em fevereiro de 2004; coordenador-geral do Núcleo de Comunicação Institucional do Poder Ju-

diário em março de 2006; chefe da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Poder Judiciário em novembro de 2011; e membro do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais no biênio 2012/2013.

Estava na presidência da 2ª Câmara de Direito Público quando foi eleito para comandar o Poder Judiciário de Santa Catarina, em 2014. Em sua gestão, registrou passagem interina como governador do Estado. Integrou ainda lista tríplice para ocupar vaga de ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Aposentado em 2015, o desembargador José Renato Nalini também faz parte da Comissão Executiva do Conselho dos Tribunais de Justiça. Nascido em Jundiá, em 24 de dezembro de 1945, Nalini exerceu a presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), é professor, es-

critor e político. É o atual Secretário da Educação de São Paulo.

Nalini formou-se bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1971. Tornou-se mestre e doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo em 1992 e 2000, respectivamente.

Foi promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo de 1973 até 1976, quando ingressou na carreira da magistratura, como juiz de Direito. Promovido a juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, em 1993, chegou ao desembargo em 2004. Exerceu, também, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo de 2012 a 2013 e a presidência do TJSP de 2014 a 2015, quando se aposentou.

Como intelectual, faz parte da Academia Paulista de Letras, instituição na qual também exerceu a Presidência.

PELOS TRIBUNAIS



DIVULGAÇÃO / TJAP

Justiça Itinerante Fluvial do Amapá completa 20 anos

■ ■ *Serviço atende comunidades do interior com apoio da Marinha*

Realizada pela Justiça do Amapá pela primeira vez no dia 22 de março de 1996 com o apoio da Marinha do Brasil, a primeira Jornada Itinerante Fluvial levou a prestação de serviços jurisdicionais às comunidades interioranas de várias localidades da Capital, mais precisamente no Distrito do Bailique (arquipélago situado na foz do rio Amazonas, distante 12 horas de viagem de barco).

A pioneira jornada foi realizada em uma corveta da Marinha do Brasil na

gestão do Desembargador Mario Gutyeve. Foram meses de planejamento e muita expectativa para uma missão de dez (10) dias onde foram realizadas inúmeras audiências e também emissão de dezenas de registros de nascimento. As comunidades do Bailique jamais haviam tido acesso a qualquer serviço judicial.

A itinerância fluvial também protagonizou em sua primeira edição momentos emocionantes como a realização de mais de uma dezena de casamentos.

Comunidades interioranas do Amapá recebem serviços jurisdicionais desde 1996.

Um momento especial principalmente para casais que já viviam juntos durante anos, e que esperavam uma oportunidade para consolidar e oficializar a união.

O defensor público José Sidou Miccione, que foi representando a Defensoria Pública naquela época, lembrou com emoção a experiência de ter participado ativamente da 1ª Jornada Itinerante Fluvial e poder levar o direito à cidadania para as comunidades do Bailique. “Foi uma experiência muito proveitosa e inovadora em nossas vidas porque nós não conhecíamos a região e os ribeirinhos sequer conheciam a figura de um juiz. A demanda lá era enorme com problemas muito sérios por eles não terem acesso à justiça social, então para nós foi um desafio enorme levar assistência e o direito à cidadania para tantas pessoas. É uma realização muito grande saber que esse primeiro trabalho itinerante deu forças para realizar as demais jornadas que vieram no decorrer desses 20 anos.”

Seis anos depois da realização da primeira jornada, no dia 8 de dezembro de 2002, foi inaugurado o “carro chefe” da justiça fluvial: a embarcação denominada de “Tribuna - A Justiça vem a Bordo”, fruto de um convênio com a Fundação Banco do Brasil, construída artesanalmente num estaleiro, singrou dezenas de vezes o gigantesco rio Amazonas e seus afluentes, atendendo as populações ribeirinhas do Estado do Amapá.

Doze anos depois, em outubro de 2014, o Judiciário do Amapá doou o Barco “Tribuna - A Justiça vem a Bordo” para Universidade Estadual, passando a UEAP a utilizar a embarcação para atender as necessidades acadêmicas da instituição, na realização dos projetos de pesquisas e programas de extensão universitária às populações ribeirinhas.

Para a desembargadora Sueli Pini, o barco Tribuna encerrou seu ciclo com o Judiciário, mas começa outro ciclo com a UEAP, que precisa de uma embarcação para exercer suas atividades de docência e de formação de conhecimento dos alunos dos diversos cursos oferecidos pela universidade.



DIVULGAÇÃO / TJAP



DIVULGAÇÃO / TJAP



Defensor público José Sidou Miccione falou com entusiasmo e emoção do projeto que completa 20 anos de existência, no Amapá.

PELOS TRIBUNAIS

“É claro que a Justiça amapaense não encerrou o programa da Justiça Itinerante Fluvial. Ao contrário, permanece mais forte do que nunca, e a partir de agora utilizando embarcações terceirizadas”.

O Judiciário Amapaense vem levando atendimento a todos os seus jurisdicionados, não importa a distância, a localização ou as dificuldades que porventura surjam. Este compromisso é primordial. A Justiça itinerante tem o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da população, além de disponibilizar outros serviços de órgãos que atendem ao chamado de cooperação com o TJAP.

A Desembargadora Sueli Pini, Presidente do TJAP, que durante dez anos foi coordenadora da Jornada, lembrou que a Justiça Itinerante tem um simbolismo muito grande na história do Judiciário Amapaense.

“A Justiça Itinerante é a grande marca e referência da Justiça do Amapá. E nosso maior mérito foi ter consolidado a prática. Começamos e não paramos mais. Esse serviço sempre atraiu a atenção da sociedade local, despertando inclusive interesse nacional e internacional. As itinerâncias vêm justamente quebrar paradigmas, sendo um divisor de águas entre um Judiciário tido como inacessível e uma Justiça que bate à porta do cidadão.”

Há duas décadas o Judiciário realiza audiências cíveis, profere despachos, decisões e sentenças em conflitos possessórios, de família, criminais, da infância e juventude. Centenas de casamentos, palestras, emissão de milhares de documentos, atendimentos psicossociais, dentre outros.

“O nosso objetivo é dar o melhor atendimento a essas comunidades ribeirinhas, cujos moradores têm dificuldades no deslocamento até a Capital em busca de soluções para seus conflitos junto ao Poder Judiciário”, enfatizou o atual coordenador, juiz Luciano de Assis.

A Justiça do Amapá, durante todos esses anos, conta com a parceria de diversos órgãos para realizar atendimentos às comunidades ribeirinhas, envolvendo equipes da Defensoria Pública, Secretaria



DIVULGAÇÃO / TJAP

Municipal de Saúde (SEMSA), Vigilância Sanitária, Comissariado da Infância, Polícia Militar, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, Cartórios de Registros, POLITEC, CAESA e INSS.

Em 2016, ao completar 20 anos da implantação oficial desta revolucionária prática no âmbito da Justiça do Amapá, a Justiça Itinerante Fluvial continua a levar a prestação de serviços jurisdicionais às comunidades interioranas e ribeirinhas das inúmeras localidades do Estado.

(ASCOM/TJAP)

Há duas décadas, o Judiciário amapaense realiza audiências, profere despachos e sentenças em diversas áreas por meio da Justiça Itinerante Fluvial. Trabalho envolve dezenas de servidores.

TJPB



Encontro do Conselho dos
Tribunais de Justiça

1º e 2 de dezembro de 2016 - João Pessoa - PB

DIVULGAÇÃO

Cidade de João Pessoa recebe o 109º Encontro do Conselho

Encontro do Conselho será no TJPB, em meio às comemorações pelo sesquicentenário de Epitácio Pessoa.

■ ■ *Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) vai ser a sede da reunião*

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) vai sediar, nos dias 1º e 2 de dezembro, em João Pessoa, o 109º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ). O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti, participou do 108º Encontro, em Manaus, e comemorou a indicação do seu Estado para sediar a próxima reunião.

Presidente do CTJ, o desembargador Pedro Marcondes manifestou a perspectiva de que as deliberações dos encontros promovidos pelo Conselho possam chegar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Congresso Nacional e produzam efeitos. “Os projetos propostos nos afligem e afetam muito as administrações dos tribunais. Acreditamos que as deliberações possam pro-

vocar uma discussão no CNJ e no Congresso Nacional e, quem sabe, rever [as normas], pois manifestamos nosso repúdio à PEC 62 que atenta contra o caráter nacional do Poder Judiciário”, observou.

Em Manaus, o CTJ aprovou alterações em seu estatuto, na parte que trata da formação do comitê executivo.

O 109º Encontro ocorre na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, em meio às comemorações do sesquicentenário de nascimento do paraibano de Umbuzeiro, que ocupou os três Poderes do país, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa. Os feitos e a carreira jurídica do ex-presidente Epitácio Pessoa foram destacados no dia 6 de novembro, em conferência proferida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antônio Herman Benja-

min, no Tribunal de Justiça da Paraíba. A palestra ocorreu durante a quarta e última etapa das comemorações promovidas pelo Poder Judiciário do Estado, em parceria com o Tribunal de Contas da Paraíba.

Para o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, as comemorações ocorrem em grande estilo. “Como guardião dos restos mortais do ex-presidente e de sua esposa, Mary Saião, o Tribunal de Justiça da Paraíba não poderia deixar de homenagear o maior de todos os paraibanos. A iniciativa teve uma repercussão nacional, o que nos deixa muito satisfeitos. Só tenho a agradecer a participação de todas as autoridades e conferencistas de cada etapa”, declarou o presidente.

(Com informações do TJPB)

INFORME PUBLICITÁRIO

Destino: João Pessoa

Encontro da Natureza com a História e Cultura



Uma bela experiência lhe aguarda em João Pessoa. Você poderá desfrutar de 24 quilômetros de uma costa fascinante, que impressiona turistas e moradores com um verde mar de águas cristalinas, acolhedor em todas as estações do ano, seja no Inverno ou, principalmente, no Verão. Assim é João Pessoa, cidade berço do Sol das

Américas que apresenta um dos litorais mais encantadores do Brasil. Um ambiente perfeito para a prática de esportes náuticos ou simplesmente para admirar a vista das praias em: Barra de Gramame, Jacarapé, do Sol, Penha, Seixas, Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa. São locais que garantem à João Pessoa a fama de cidade com a

orla mais bonita de todo o Nordeste. Uma das mais interessantes formas de conhecer a maior parte dessa beleza é fazendo um passeio ciclístico pela orla, utilizando a ciclovia ou a calçadinha da orla, recém revitalizadas pela Prefeitura de João Pessoa, percorrendo o bairro do Cabo Branco até o icônico Hotel Tambaú.



INFORME PUBLICITÁRIO



ALESSANDRO POTTER

A poucos quilômetros da costa, encontramos um novo destino de destaque: as Piscinas Naturais do Seixas. Este é um programa ideal para quem deseja praticar esportes como mergulho, caiaque e vela. As Piscinas Naturais do Seixas formam um cenário paradisíaco, repleto de biodiversidade e de momentos únicos. Próximo dali, na barreira do Cabo Branco, onde localiza-se o Farol de mesmo nome, temos uma das paisagens mais belas do Brasil. Toda a área faz parte do Complexo Turístico do Cabo Branco que, há alguns anos, viu um novo ponto turístico surgir em seu entorno: a Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, um projeto arquitetônico do renomado Oscar Niemeyer. Em 2012, uma nova etapa desta grande obra foi inaugurada: a Estação das Artes, do arquiteto Amaroz Muniz, que conta com mini auditórios, espaços para convivência e exposição de grandes artistas.

Seguindo pela orla pessoense, no bairro costeiro de Tambaú, barcos, lanchas e jangadas partem rumo a uma formação de recifes que encanta turistas e moradores.

A beleza de Picãozinho atrai visitantes em todas as épocas do ano. Durante a maré baixa, as piscinas naturais se formam no local e expõe sua fantástica biodiversidade marinha. As práticas do mergulho e do caiaque são perfeitas para quem deseja apreciar este paraíso mais de perto. Outro bairro costeiro conhecido para este tipo de prática é o Bessa. A poucos quilômetros da praia, em meio a 4km de corais preservados, o trecho sem ondas próximo à orla do Bessa, conhecido

As Piscinas Naturais do Seixas formam um cenário paradisíaco, repleto de biodiversidade e de momentos únicos.

ALVARENGA ALCIDES FALANGHE



por turistas e moradores como “Caribessa”, devido às suas belas águas calmas, é rico em diversidade marinha, sendo um ambiente perfeito para a preservação do ecossistema. Seja via caiaque ou stand up paddle, quem visita o “Caribessa” está sempre em contato com o melhor da natureza.

Nem só de Natureza vivem as praias de João Pessoa. A história do Santuário de Nossa Senhora da Penha começa em 1763, quando o navegador português Sílvio Siqueira enfrentou uma grande tormenta em alto-mar. Recioso, ele entregou sua vida e a da sua tripulação à Nossa Senhora da Penha, prometendo edificar uma capela em sua homenagem caso sobrevivessem. A embarcação aportou em uma praia distante do centro de João Pessoa, batizada de Penha, onde foi construída uma capela. O local é destino essencial para quem visita João Pessoa, seja pelo patrimônio histórico ou por sua natureza exuberante. Anualmente, acontece a romaria de Nossa Senhora da Penha que atrai uma média de 250 mil peregrinos e já se transformou numa das mais tradicionais do Brasil. Recentemente a procissão se tornou patrimônio imaterial de João Pessoa, ressaltando ainda mais o seu valor histórico e cultural. A mesma Penha é local de um dos mais belos projetos culturais da cidade: o Sereias da Penha. Com o incentivo da prefeitura da cidade, um grupo de artesãs transforma materiais usados na pesca e outros materiais em diversos produtos. As artesãs dispõem de produtos feitos a partir de escamas de peixe que se transformam em blusas, saias e acessórios como colares, brincos, cintos, prendedores de cabelo e outros artefatos, um trabalho artístico que vem sendo reconhecido em todo o país.

Da beleza litorânea à riqueza histórica, João Pessoa tem muito a oferecer aos seus visitantes. Já chamada de Cidade Real e depois Filipéia de Nossa Senhoras das Neves, a atual João Pessoa preserva em suas ruas e

Em João Pessoa, a arquitetura de prédios históricos se mistura com a modernidade. A composição forma um interessante cenário urbano.

CORNÉLIO FELIPE



JULIANA SANTOS



DAYSE EUZÉBIO



INFORME PUBLICITÁRIO



RAFAEL PASSOS

imponentes casarões uma história de cultura que permanece pelos séculos. Fundada em 5 de agosto de 1585, a cidade traz em sua essência igrejas, praças, prédios históricos e a raiz de um povo que respira a tradição da Capital Oriental das Américas.

Um dos seus maiores legados arquitetônicos está no seu Patrimônio histórico e artístico Nacional. A Igreja de São Francisco, cartão-postal pessoense que atravessa os séculos com a mesma beleza imponente de sua fundação, até o Século XX era conhecida por Igreja de Santo Antônio. Passados muitos anos após o novo nome, até hoje é conhecida por muitos pelas duas formas, porém algo que nunca foi modificado é a sua importância para a cultura da cidade. Constituindo um dos mais importantes legados do barroco no Brasil, a Igreja faz parte do Centro Cultural São Francisco, que tem em sua composição outros importantes espaços que remetem à história de João Pessoa: o Convento de Santo Antônio, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco, a Capela

de São Benedito, a Casa de Oração dos Terceiros (chamada de Capela Dourada), que encantam a todos que visitam esse belo cenário.

Outro expoente da história dessa antiga capital é o renomado Hotel Globo, localizado na região do Varadouro, no Centro Histórico. Foi construído em 1929 pelo hoteleiro Henriques Siqueira, está localizado no alto do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, o que proporciona aos seus visitantes uma das mais espetaculares vistas do pôr-do-Sol no Rio Sanhauá, a partir da sacada em seus jardins. O hotel guarda em seu interior mobílias e peças em Art Décor, além de traços característicos da primeira metade do século XX. Seguindo no caminho das construções históricas, um passeio imperdível é conhecer a Casa da Pólvora. Com mais de 3 séculos de fundação, a Casa da Pólvora e dos Armamentos é o único prédio conhecido nas Américas erguido para este fim fora de um forte. Sua construção foi iniciada em 1704 e concluída sob a administração de João da Mata de Gama, também condecorado como Capitão-Mor, em 1710. Após diversas restaurações, funciona atualmente como

Conhecido por todos como "Lagoa", o cartão postal da cidade constitui um dos mais belos recantos da capital paraibana.



CACIO MURILO

o Museu Fotográfico Walfredo Rodrigues, proporcionando aos seus visitantes uma lição de história e lembranças do passado.

Não muito distante dali, ainda no Centro, encontra-se o Parque Sólon de Lucena. Conhecido por todos como “Lagoa”, o cartão postal da cidade constitui um dos mais belos recantos da capital paraibana. Pela forte presença de marrecos que nadavam em suas águas, era conhecido por “Lagoa dos Irerês” no século XX. Posteriormente, viria a abrigar o Engenho da Lagoa até a administração do governador Sólon de Lucena, que foi transformado em parque público, levando para si o nome de seu criador. Recentemente o parque foi revitalizado, descartando a área destinada ao tráfego e expandindo a zona de lazer. O ponto turístico que é ícone de João Pessoa agora dispõe de área de lazer preparada para vários esportes, além de novos quiosques, banheiros e postos policiais. A Lagoa ganhou sistemas de drenagem mais modernos, além de um píer. O parque, que é considerado o coração da cidade, é parada mais que obrigatória de quem visita João Pessoa.

Conhecer o Centro de João Pessoa, sem dúvida, é uma experiência histórica. A Independência do Brasil e este período arquitetônico não poderiam passar despercebidos. Projetada em homenagem ao centenário da independência do Brasil, a Praça da Independência conta com plantas da flora nativa da Paraíba, como o pau-brasil, ipê e acácia. No centro, o obelisco de pedra granítica glorifica as lutas do sete de setembro. O coreto em estilo neoclássico, construído para a realização de eventos cívicos hoje abriga uma floricultura tradicional. No final de 2015, toda a praça passou por um processo de revitalização, com intervenções paisagísticas, urbanísticas e patrimoniais, tendo seus monumentos restaurados. O ponto turístico, ideal para a realização de piqueniques, é parada obrigatória para quem quer conhecer a história de João Pessoa, uma cidade que cativa à todos que ainda não a conhecem. Seja pela sua beleza cultural ou suas lindas praias, João Pessoa é uma excelente opção como destino de viagem.

Igreja de São Francisco, no Centro, em João Pessoa, é uma das atrações turísticas da cidade.

PELOS TRIBUNAIS



BRUNNO DANTAS / TJRJ

Presidente do TJRJ ressalta a missão da Justiça junto à sociedade

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho apresenta ações colocadas em prática no TJRJ

■ ■ Desembargador Luiz Fernando de Carvalho fala sobre a gestão 2015/2016

Em fevereiro de 2015, iniciamos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro uma Administração constituída pelo propósito de, naquilo que tocasse ao amplo papel da jurisdição numa democracia constitucional, promover, efetivamente, os direitos da cidadania e a integração com a sociedade fluminense, reafirmando a necessária autonomia dos Poderes na relação com as demais instituições políticas de nosso estado. Assumindo àquela época um Tribunal responsável por mais de 10% do acervo da justiça comum de nosso país – de dimensões continentais –, com mais de oito centenas de magistrados de 1º e 2º graus e 15 mil servidores, 81 comarcas e 795 unida-

des de 1ª instância, atendendo uma população de mais de 16 milhões de pessoas, sabíamos, todavia, que tal desafio encerrava ainda, ocultos, obstáculos inerentes ao objetivo permanente de promover efetiva pacificação social com justiça – tarefa dificilmente quantificável.

Nosso estado, que em números se apresenta como um dos maiores da federação, traz, como fruto de sua conturbada história, um grau de conflituosidade acentuado em sua sociedade, a refletir problemas que, infelizmente, se até hoje martirizam grande parte do país, aqui se expressam de forma aguda, doída. E talvez emblemática. Às já reconhecidas carências de nossa população, contudo, somou-se, nesses

dois anos, em desdobramentos inéditos quanto à sua amplitude, uma crise fiscal e financeira brutal, consequência de generalizada crise econômica, que afetou severamente atividades essenciais de nosso Tribunal.

Vimo-nos, assim, quase dois anos atrás, defronte a um complexo mosaico de dificuldades, a um tempo crônicas e agudas, qual patologias a requererem tratamento voltado a causas profundas, mas também aos sintomas mais aflitivos. Reaseguramo-nos, nada obstante, até pelas agravadas condições da crise, que sempre agride mais aos mais pobres, quanto à necessidade de perseguir, de forma diligente, os nossos desideratos iniciais.

Assumimos o Tribunal, pois, com



o compromisso inicial de dar continuidade a extensas obras no fórum central da Capital, reclamadas por gerações de magistrados e advogados e iniciadas na gestão anterior, bem como de promover um melhor fluxo de atendimento nas unidades jurisdicionais de primeira instância, de modo a diminuir o tempo de duração do processo e, assim, melhor atender ao jurisdicionado. Coube-nos, ainda, a partir de 2016, conduzir essa tarefa sob a vigência de um novo código de processo civil, que promoveu reforma de amplas consequências na jurisdição.

Em relação a esses tópicos, nossa caminhada foi expressiva, em vista não só do avanço da reforma do principal prédio da justiça comum fluminense, como da disseminação do processo eletrônico por todo o estado, da redistribuição da força de trabalho, da criação de 22 CEJUSCs e difusão da mediação, e da ampliação do emprego de métodos de gestão cartorária. No segundo grau de jurisdição, adequamos procedimentos e estrutura à profunda mudança no sistema jurisdicional promovida pela Lei 13.105/15 (CPC), em particular no que toca à gestão da litigiosidade contemporânea, de grande volume.

Ainda no tocante à jurisdição, com especial atenção ao 1º grau, nossa gestão foi marcada pela expansão e fortalecimento da rede de atendimento na competência de violência doméstica contra a mulher, com implementação do Protocolo Violeta, e pela criação dos Núcleos das Audiências de Custódia e de Apresentação de Adolescentes. Por meio desses projetos, construídos com intensa participação da magistratura, o Tribunal de Justiça posicionou-se firmemente na proteção aos direitos humanos em nosso estado, dando efetividade a cláusulas fundamentais da Constituição. Na seara protetiva da infância e adolescência, o Tribunal criou e implantou, junto aos Juízos dessa competência, o projeto de apadrinhamento, pelo qual a sociedade pode participar no apoio às crianças em situação de abrigo institucional.

Sabendo, de outra mão, que a melhoria no atendimento à população não seria obtida sem a valorização de magistrados e servidores, e, mesmo com a rápida deterioração da situação econômica de nosso estado, incentivamos aposentadorias e, tendo reduzido a despesa de pessoal em termos nominais, promovemos

recomposição de nosso quadro funcional, ao passo que realizamos concurso que, estando em fase final, em breve trará novos integrantes à magistratura de nosso estado.

No plano orçamentário, levamos o Tribunal ao reequilíbrio de receitas e despesas, pela redução destas a níveis que, observando estimativa para a continuidade das atividades nos anos vindouros, são compatíveis com as necessidades essenciais da jurisdição e sua administração. Elaboramos, em estrito alinhamento ao orçamento, plano estratégico que abrangeu as principais iniciativas de nossa gestão, dando à comunidade judiciária e à sociedade uma visão transparente dos projetos pelos quais buscaríamos aprofundar a realização dos objetivos de nossa gestão.

Além das iniciativas antes mencionadas, ainda no eixo de assegurar direitos fundamentais, ampliamos e aprofundamos os projetos da Justiça Itinerante, voltado ao atendimento da população com dificuldade de acesso às sedes dos Juízos, e o da Justiça Cidadã, que visa à consolidação de lideranças comunitárias e à disseminação de uma cultura de direitos. Mais além disso, através de ações como os casamentos comunitários e a expansão das atividades de registro civil, o Tribunal de Justiça promoveu direitos básicos da população.

A todo tempo, ademais, nossa gestão agiu para promover a recuperação simbólica da presença do Poder Judiciário no imaginário social, realizando, na Capital do estado, inúmeros projetos de comunicação e cultura abertos à população e ancorados no resgate e disseminação das funções da justiça na sociedade. Com o mesmo objetivo, adotamos uma política de comunicação com a mídia caracterizada pela abertura e pela transparência, reconhecendo na imprensa um instrumento fundamental para o fortalecimento de uma sociedade democrática.

Aproximando-nos, nessa ocasião, do encerramento de um biênio de lutas árduas – nas quais, como já se referiu, lidamos com urgências novas e velhas, oriundas de problemas seculares de uma democracia ainda jovem, porém de consequências dramáticas e atuais –, acreditamos ter realizado, com olhos postos no compromisso maior de promoção dos direitos da cidadania, ações e projetos que foram decisivos na concretização do ideal de promoção da justiça no estado do Rio de Janeiro.

"Ampliamos e aprofundamos os projetos da Justiça Itinerante, voltado ao atendimento da população com dificuldade de acesso às sedes dos Juízos, e o da Justiça Cidadã, que visa à consolidação de lideranças comunitárias e à disseminação de uma cultura de direitos."

PELOS TRIBUNAIS



RICARDO LIMA / TJPA

TJPA amplia atendimento com novas unidades judiciárias

Desembargador Constantino Guerreiro (centro), presidente do TJPA: gestão eficiente com responsabilidade fiscal.

■ ■ Desembargador Constantino Guerreiro apresenta resultado da gestão

O presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Constantino Guerreiro, considera implantado, plenamente, o Plano de Gestão definido para o biênio 2015-2017. "Estou completando minha gestão consciente de que correspondo à confiança tributada por meus pares, ao me elegeram para a nobre e gratificante função de presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Apesar das turbulências econômicas e políticas, que vêm afetando o recolhimento de impostos e a consequente redução dos repasses de recursos institucionais, conseguimos observar o rigoroso cumprimento da responsabilidade fiscal, sem prejuízo da melhoria das estruturas físicas e operacionais e do

provimento dos recursos humanos necessários. Cabe, por isso, registrar, desde logo, o apoio e a colaboração fundamentais dos meus pares na Magistratura e a contribuição dos gestores e operadores das diversas áreas de atuação e ação do Tribunal, indispensáveis para que superasse as dificuldades e consumasse os objetivos estabelecidos no Plano de Gestão para o biênio 2016-2017 prestes a ser concluído", afirmou Guerreiro.

Navegar na maré turbulenta e incerta da economia e da política do País, em meio à névoa das restrições orçamentárias, afirmou o desembargador, exigiu do Tribunal de Justiça do Pará, neste biênio 2015-2017, uma espécie de mapa de navegação a apontar

a rota mais segura para que o Judiciário alcance com segurança e responsabilidade o bom porto do fortalecimento institucional e da proximidade com o cidadão. "As dificuldades orçamentárias e financeiras, impostas pela crise econômica do País exigiram o redimensionamento das despesas e a reavaliação de gastos de custeio e investimentos, enquadrando-os na receita arrecadada", destacou.

A fiscalização e o uso de ferramentas tecnológicas e legais recuperaram receitas próprias do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), reduziram a inadimplência da taxa de fiscalização dos cartórios extrajudiciais e incrementaram a arrecadação das custas judiciais.

O repasse pelo Executivo estadual do percentual definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da receita resultante de impostos líquida devida ao Judiciário, ocorreu de acordo com a previsão orçamentária, em 2015, mas no exercício vigente registrou queda.

A gestão financeira, contudo, assinalou Guerreiro, redirecionou e redimensionou os gastos e possibilitou as nomeações de 308 servidores e 52 juízes; o reajuste da magistratura no exercício de 2015; a revisão da remuneração e do auxílio alimentação dos servidores em 8,5% no exercício de 2015; a revisão da remuneração dos servidores em 2% no exercício de 2016.

O TJPA se destaca no cumprimento das metas do CNJ. Entre as ações relevantes já concluídas, destacam-se:

Instituição do Sistema de Guias de Devoluções e Ressarcimentos - GDR;

Implantação das audiências de custódia;

Criação de banco de dados de decisões administrativas;

Aprimoramento do banco de decisões judiciais;

Implantação de mecanismos de controle de demandas repetitivas;

Instalação do sistema de pregão eletrônico nas Câmaras Isoladas e Reunidas, e também no Tribunal Pleno;

Fomento da conciliação no âmbito da execução fiscal;

Estruturação do Nupemec;

Capacitação de conciliadores e mediadores;

Criação do banco de ações coletivas;

Implantação do Processo Judicial Eletrônico em todos os juizados especiais cíveis;

Reorganização organo-funcional nas secretarias de Planejamento, Administração, Gestão de pessoas, Presidência e Vice-presidência do TJPA;

Elaboração pelas respectivas Comissões do novo Regimento Interno e do novo Código Judiciário.

A isso se acrescem a instalação, até outubro deste ano, de mais nove unidades judiciárias na 1ª instância, totalizando 324 unidades em todo Estado.

Na área de Tecnologia da Informação, durante o biênio 2015-2017, o TJPA deu continuidade à programação de renovação e expansão do parque computacional e dos demais equipamentos e ferramentas que permitissem melhorias nos sistemas implantados e que viessem a assegurar a implementação do

PJe. Além disso, os sistemas de arrecadação, de precatórios e de depósitos judiciais tiveram várias funcionalidades desenvolvidas ou atualizadas. O Sistema de Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira (Siof) teve diversos módulos desenvolvidos neste biênio e o Sistema Audi (Sistema de Auditoria Interna) da Secretaria de Controle Interno foi compartilhado com sete instituições conveniadas que solicitaram o sistema.

A implantação da audiência de custódia no Fórum Criminal da capital se deu pelo provimento conjunto nº 01/2015 publicado no dia 25/09/2015. Segundo dados da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Supsipe), foram ouvidos, entre 28 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, 1.428 indiciados em audiências de custódias.

Os encaminhamentos registraram os seguintes números:

Alvará de soltura: 729;

Conversão em prisão preventiva: 696;

Tratamento em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico: 02;

Prisão domiciliar: 01.

Do total de indiciados, somente 42 deles retornaram, o que representa 2,94% do montante geral.

Em 2015, o TJPA organizou duas semanas de conciliação fiscal municipal e uma semana estadual. As três somaram quase 1.700 pessoas atendidas, mais de 1.600 conciliações e quase 15 milhões de reais em valores homologados. Durante a Semana Nacional de Conciliação, em novembro de 2015, foram mais de 17 mil pessoas atendidas, 10,7 mil audiências e pouco mais de 12 milhões de reais em valores homologados.

Na Semana Estadual de Conciliação, em junho de 2016, as audiências superaram as 12 mil, quase 4.900 acordos e um montante de 9 milhões e duzentos mil reais em valores homologados. Para a semana nacional, entre os dias 21 e 25 de novembro deste ano, já foram agendadas 9.623 audiências de conciliação.

Diversos projetos no âmbito da conciliação, têm sido executados objetivando a celeridade processual, entre os quais: mutirão de bairros em Belém, pela Vara de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres; mutirão carcerário nas Comarcas de Santarém, Alenquer, Oriximiná e Almeirim e mutirão para solução de ações penais decorrentes de conflitos fundiários.

O Plano de "Gestão 2015-2017 foi a rota a indicar o rumo mais seguro para cumprir as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e melhorar o desempenho do Judiciário no Estado, ampliando o número de servidores e magistrados, abrindo novas unidades, investindo na melhoria da qualidade da gestão."

PELOS TRIBUNAIS



TJGO / DIVULGAÇÃO

TJGO aprimora gestão para bater metas e superar crise

Desembargador Leobino Valente Chaves, presidente do TJGO: controle de gastos e criatividade para vencer a crise.

■ ■ Desembargador Leobino Valente Chaves investiu em planejamento

Com a economia do Brasil em um momento de instabilidade e com resultados financeiros abaixo do esperado, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) apostou em planejamento, criatividade e controle de gastos (transparência) para alcançar destaque em áreas fundamentais para o Planejamento Estratégico elaborado para a gestão do desembargador Leobino Valente Chaves frente ao Poder Judiciário goiano.

Ao assumir a presidência do TJGO, o magistrado, que também é conselheiro dos Tribunais de Justiça do Brasil, destacou os quatro principais desafios de sua administração: a garantia dos direitos da cidadania, a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, a prioridade para o primeiro grau

de jurisdição e a informatização. Diante disso, as iniciativas adotadas pela atual gestão focaram o aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e efetividade dos serviços judiciários.

No entanto, investir em infraestrutura física, de pessoal e tecnologia, num cenário de limitação orçamentária, não é uma tarefa fácil. Por isso, o TJGO trabalhou com prioridades para atingir as metas estabelecidas, como a inauguração do Fórum Cível, que teve investimentos R\$ 113 milhões, num custo de R\$ 1.948 por metro quadrado, um dos mais baratos do Brasil.

Desde fevereiro de 2015 foram instituídas estratégias sofisticadas de administração e adotados, com estrito rigor

e acompanhamento, um planejamento e plano de ações detalhados e extremamente minuciosos, com adoção de práticas e técnicas de gestão específicas para racionalização dos recursos, controle de prazos e, sobretudo, custos, conforme explica o diretor-geral do TJGO, Stenius Lacerda Bastos, ao lembrar que à Diretoria Geral compete a ordenação de despesas do Poder Judiciário goiano (autorização para compras de produtos e serviços, emissão de notas de empenhos, celebração de contratos e pagamentos).

Maior obra de edificação pública das Regiões Centro-Oeste e Norte do País, o Fórum Cível de Goiânia foi edificado, com 13 pavimentos, em terreno de 40 mil metros quadrados. No local, há

espaço para 60 unidades judiciárias, contendo cada uma aproximadamente 240 metros quadrados. Cerca de 1,3 mil pessoas trabalham no prédio, que conta com uma tramitação de aproximadamente 600 mil processos, cerca de 400 mil já em formato eletrônico.

A administração de Leobino Valente Chaves se destaca também em projetos sociais, iniciativas por meio da mediação e conciliação e ainda com a criação da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Ejug), por meio da Resolução nº40 de setembro de 2015, em cumprimento das diretrizes constantes da Resolução 159 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Assim, a restrição orçamentária no País não afetou projetos desenvolvidos pela Justiça goiana. O TJGO obteve destaque nacional com mutirões como o Acelerar Previdenciário, que somente em 2016, atendeu 62 comarcas, com 10.350 audiências realizadas e 8.979 sentenças proferidas. Já o Programa Justiça Ativa proferiu este ano mais 2.442 sentenças e realizou 7.198 atos. Para conseguir tal feito, a gestão apertou o controle de gastos, com a edição de resolução que passou a controlar com “olhos de lince” as despesas com diárias e ajuda de custo.

Na Semana Nacional da Conciliação (SNC), realizada em 2015, Goiás alcançou o primeiro lugar com o dobro de conciliações efetivadas pelo Estado da Bahia que alcançou a segunda colocação. Neste mesmo ano e pela quinta vez, o TJGO ficou em primeiro lugar no Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria SNC. Agora em 2016, o Judiciário goiano caminha para mesmo sucesso com o agendamento de mais 40 mil ações que serão analisadas entre os dias 21 e 25 de novembro.

Com algumas destas medidas, que auxiliam a superar com criatividade a limitação financeira em meio a crise brasileira, o TJGO vem garantindo alternativas para entregar a prestação jurisdicional da melhor maneira possível. “Trabalhamos por uma administração transparente, participativa e comprometida com os objetivos de nossa atividade-fim, que é julgar com celeridade e qualidade, as demandas que chegam”, afirmou Leobino Chaves.

Ainda nesse sentido, a digitalização dos processos é um marco da administração de Leobino Chaves. Só para se ter uma ideia, para o Fórum Cível não foram transferidos processos físicos, apenas digitais. Para isso, foi necessária aquisição de equipamentos, bem como o emprego de recursos

no fluxo de dados e na segurança das informações num investimento de R\$ 31 milhões.

“A Justiça Estadual segue em seu caminho de ampliação e ocupação em busca ao efetivo compromisso de atuar na plenitude de sua competência com maior eficiência em favor dos cidadãos. Passa a ter condições de absorver, em definitivo, com segurança, celeridade e melhores resultados de seus ofícios”, afirmou o diretor do Foro da comarca de Goiânia, juiz Wilson da Silva Dias.

Até agora, dos 600 mil processos, 400 mil já foram digitalizados, num esforço para dar nova cara à justiça estadual, que, para acompanhar os novos tempos, exige celeridade e a desburocratização dos serviços.

Em tempos de crise, a contratação de 46 juízes aprovados em concurso finalizado no mês de agosto foi uma grande responsabilidade, que exigiu esforços e planejamento por parte da equipe comandada por Leobino Valente Chaves. Resultado disso, todas as comarcas do interior de Goiás estão providas de magistrados, solucionando o déficit no interior do Estado.

“A vitória dos concursados representa resposta e alívio às constantes e justas reivindicações da comunidade, especificamente daqueles municípios cujas comarcas, em face do número insuficiente de magistrados, enfrentaram situação de vacância, mas estarão agora providas em sua totalidade”, destacou o membro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Além de juízes, até agora foram nomeados 380 novos servidores aprovados no 1º Concurso Público Unificado do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Até o final da gestão serão 474 novos servidores, atendendo ao compromisso com o primeiro grau, juízes, comarcas do interior e jurisdicionados.

No intuito de melhorar a imagem do Poder Judiciário e alçar voos mais ousados para melhor distribuição da Justiça, o TJGO investiu em projetos que elevam o nome da Justiça goiana nacionalmente, como o Programa Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária, um dos finalistas, na categoria Trabalhos dos Magistrados, do 5º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos.

O TJGO vem apoiando ainda projetos desenvolvidos por magistrados que proporcionam solução célere e usa a tecnologia a favor do jurisdicionado. Iniciativas como “Um Toque Legal”, “Execução Legal” e “Sustentação Oral na Turma Recursal via Skype” concorrem a premiação Inovare.

“Apesar de todas as dificuldades orçamentárias e financeiras, a avaliação que faço é muito positiva, pois conseguimos, com o apoio dos servidores, planejamento, e mentalidade aberta, feitos dos quais os jurisdicionados podem se orgulhar, focados nos quatro pilares estabelecidos para nossa administração.”

PELOS TRIBUNAIS



TJMT / DIVULGAÇÃO

TJMT celebra plano voltado para tecnologia e pessoas

Desembargador Paulo da Cunha, do TJMT: envolvimento e dedicação de servidores melhoraram o serviço.

■ ■ Desembargador Paulo da Cunha fala de conquistas externas e internas

Investimentos em tecnologia, pessoas e processos marcaram os 22 meses da gestão do desembargador Paulo da Cunha à frente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Ombreado às desembargadoras Clarice Claudino da Silva (vice-presidente) e Maria Erotides Kneip (corregedora-geral da Justiça), Cunha trabalhou calçado no propósito de realizar com maestria as diretrizes traçadas pela gestão 2015/2017, bem como Planejamento Estratégico 2015/2020, sem, contudo, nos esquecermos de fazê-las dignamente, na simplicidade.

"Assumimos a administração da Justiça Estadual Mato-grossense em 2 de fevereiro de 2015 com término pré-definido para dezembro de 2016.

Neste período realizamos grandes conquistas para o público interno e externo", afirmou o desembargador.

Elenco como exemplo, disse, o relevante lugar alcançado no relatório Justiça em Números, produzido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Conforme o documento de 2015 (ano-base 2014) o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) estava na quinta posição entre os tribunais de médio porte e 16ª no ranking nacional em relação ao Índice de Produtividade Comparada (IPC-JUS), que afere a eficiência dos tribunais. Já na edição de 2016, que analisou o primeiro ano de minha gestão (2015), subimos para a segunda posição entre os 10 tribunais de médio porte e ago-

ra ocupamos a nona posição nacional entre todas as 27 unidades estaduais."

Outra medição de suma importância realizada pelo anuário do CNJ foi o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a capacidade do Judiciário em dar vazão ao total de processos ingressados. Nesta nova edição restou demonstrado que no último ano a quantidade de processos arquivados definitivamente pelo TJMT foi bem maior que a de novas ações protocoladas.

Por conta disso, o índice obtido pelo Judiciário de Mato Grosso, de 119,1%, está bem acima da média nacional, de 105,3%. "A superação da marca de 100% demonstra que nós do PJMT estamos trabalhando para evitar o aumento dos casos

pendentes e ainda reduzindo a quantidade de processos que estão no estoque", assinou Paulo da Cunha.

Em 2015 ingressaram na Justiça Estadual 389.846 casos novos e neste mesmo período foram baixados 464.242 processos. "Isso representa eficiência no serviço prestado e está em total acordo com dois objetivos estratégicos, sendo o primeiro 'assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso' e o segundo objetivo, 'garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil'", disse. "Os dois resultados são realmente excelentes e também esperados, por conta dos trabalhos que estamos desenvolvendo. Este é um documento importante e os bons resultados mostram o esforço e empenho de desembargadores, juízes, servidores e da alta administração do TJ."

Estes dados podem ser considerados frutos da linha diretiva da gestão que está fortemente alicerçada no equilíbrio de três elementos: tecnologia, processos e pessoas. "Nesse sentido, dentre todos os aportes realizados na área da informatização do Judiciário, ressalto aqui o Processo Judicial Eletrônico que permite a entrega eficiente da prestação jurisdicional à população. Até este momento, o PJe já foi implantado em 121 órgãos julgadores de Primeiro e Segundo Graus, entre Varas Judiciais, Centrais de Mandados, Centrais de Conciliação, Juizados Especiais, Câmaras e Turma Recursal. No Segundo Grau, fomos um dos tribunais pioneiros em implantar a ferramenta nas secretarias de câmaras e hoje a plataforma já está em todas as unidades julgadoras do Tribunal", destacou.

O sucesso da implantação se deve muito ao fato de que na Justiça Estadual Mato-grossense tratou-se a evolução do PJe como responsabilidade não só da Coordenadoria de Tecnologia de Informação, mas do Judiciário como um todo. "Sabemos que esta expansão só está sendo possível por conta do envolvimento e dedicação dos servidores, juízes e desembargadores, que se esforçam para entregar o melhor serviço possível à sociedade", observa o desembargador.

Hoje esta plataforma afigura-se como a melhor e mais ousada ferramenta tecnológica que o Judiciário nacional pode valer-se, pois, além de racionalizar os gastos com a elaboração e aquisição de novos softwares, uniformiza o sis-

tema para todos os tribunais brasileiros, facilitando a atuação dos profissionais de direito.

Ainda falando em investimento em diretrizes da gestão, Paulo da Cunha cita processos. "Nós começamos traçando nossas diretrizes em conformidade com o Planejamento Estratégico 2015/2020 e também contratamos a empresa de consultoria Falconi, que possui larga experiência em gestão de processos", disse.

A ideia foi reestruturar as áreas-meio do Poder Judiciário de Mato Grosso de forma a melhorar o trabalho desenvolvido no auxílio da melhor prestação jurisdicional ao público. "Com esta ação, modernizamos os processos de trabalho. A mudança foi visível em áreas estratégicas como gestão de aquisições e contratos, gestão de demandas de TI, gestão de obras, de cadastro, além da gestão do Programa PJe, cuja implantação é o principal foco da nossa gestão."

Tão importante quanto as já citadas diretrizes, temos ainda a gestão de pessoas. Um dos três pilares de sustentação da gestão. "Posso citar várias ações neste quesito, mas vou destacar apenas três: concursos, capacitação e saúde", afirmou Cunha.

Como investimento em capacitação foi retomada a Jornada de Estudos, visitando várias comarcas e debatendo com magistrados temas atuais referentes ao Direito. Em cada local foram dois dias de encontro, nos quais também houve intensa troca de experiências e boas práticas. Também houve grandes investimentos da Instituição buscando a capacitação dos servidores, inclusive com a implantação da Academia de Novos Líderes, projeto em que 130 pessoas lotadas no Tribunal e nas comarcas foram lapidadas com técnicas modernas de liderança.

Ainda foi efetivado o concurso para ingresso de servidores com a nomeação de 168 pessoas no TJ e nas comarcas. A posse desses novos integrantes foi realizada em novembro de 2016. Concurso público para ingresso de magistrados também fez parte dos investimentos da gestão 2015/2016 e culminou na posse de 42 novos juízes, sendo 26 em 2015 e outros 16 em 2016.

Na parte da saúde foram retomadas as Caravanas da Saúde, voltadas para servidores e magistrados. No projeto, médicos, enfermeiras, dentistas e nutricionistas visitam as comarcas levando informações para a melhoria da qualidade de vida. Nestes quase dois anos de gestão foram contempladas 29 comarcas.

"Todas as ações objetivam contribuir para a execução satisfatória e de qualidade do serviço público. Sabemos que um servidor contente trabalha com prazer e motivação, e isso reflete no serviço ofertado ao público."

PELOS TRIBUNAIS



TJCE / NADSON FERNANDES

Presidente do TJCE destaca transparência e papel social

Desembargadora Iracema Vale, presidente do TJCE: gestão voltada para a boa prestação de serviços judiciários.

■ ■ Desembargadora Iracema Vale mostra balanço positivo, apesar da crise

Trabalhar com transparência foi o lema da gestão da desembargadora Iracema Vale no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) durante o biênio 2015-2017. Seja para a população, no que diz respeito aos trabalhos realizados e serviços prestados pela Corte de Justiça, seja para servidores e colaboradores, em relação ao funcionamento da Justiça cearense.

Mesmo enfrentando dificuldades, como a crise econômica que atingiu o país, o TJCE realizou a maior posse conjunta de juízes da sua história. Foram 76 convocações, todas para Comarcas de entrada inicial, ou seja, para os menores municípios do Estado que antes eram atendidos por magistrados que estavam sobrecarregados por res-

ponderem por mais de uma Comarca. Com a chegada desses juízes, esse problema foi resolvido de forma quase integral, beneficiando 1,5 milhão de cidadãos. Também foram convocados 78 servidores para suprir cargos vagos, priorizando o trabalho nos fóruns, locais mais necessitados.

Guiada pelo acesso à transparência, a gestão da desembargadora Iracema teve uma relação aberta com os servidores, muitas vezes representados pelos sindicatos. Apesar das limitações econômicas, foi possível atender um pleito antigo: o reajuste de 27,3% no auxílio-alimentação de servidores e magistrados. Assim, os valores ficarão equiparados em 2017. Graças à política fiscal de redução de despesas e redireciona-

mento de gastos, restou assegurada essa melhoria sem qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma mudança significativa na área criminal também aconteceu nesse período. Em 2015, foi instalada a Vara de Audiências de Custódia, que garante a apresentação do preso em flagrante à presença do juiz no menor tempo possível. Já em 2016, no âmbito do 2º grau, a 8ª Câmara Cível foi transformada em 3ª Câmara Criminal, para dar mais celeridade ao julgamento de processos dessa área. Além disso, foram designados juízes para atuação exclusiva nas varas do Júri.

O papel social também teve grande destaque durante o biênio gerido pela desembargadora Iracema.



Os programas "Um Novo Tempo" e "Fábrica Escola", que dão oportunidade a apenados de ingressar no mercado de trabalho, são exemplos disso. Durante a gestão, a Corregedoria Geral de Justiça também realizou trabalhos para emissão de certidões de nascimento nas escolas e para reconhecimentos de paternidade. No programa "Pai Presente", de reconhecimento de paternidade, foram 6 mil beneficiados. Além disso, é preciso destacar ainda os esforços empreendidos para a instalação da Casa da Mulher Brasileira, programa destinado a facilitar o acesso aos serviços especializados e garantir condições de enfrentamento da violência contra a mulher.

Depois de 15 anos, o Ceará recebeu em 2016 o Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. Foram discutidos assuntos importantes e formulada a "Carta de Fortaleza", um documento contendo seis propostas e decisões dos magistrados para a melhoria das justiças estaduais. Além dos projetos já concluídos, ficaram importantes bases para o avanço do Judiciário cearense nas próximas gestões.

Em agosto de 2016, após anos de discussões internas, o Segundo Grau da Justiça Estadual cearense passou a ter uma terceira câmara para julgamentos de processos na área criminal. "Nossa gestão criou esse que é um colegiado promissor já desde a sua primeira sessão, que ocorreu no dia 16, às 8h30min. Promissor porque vai desafogar a grande demanda hoje existente nas duas outras Câmaras Criminais, colegiados esses criados quando o Ceará apresentava uma outra conjuntura sociopopulacional", assinalou a desembargadora Iracema.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou, o Ceará tem mais de 8,6 milhões de habitantes. Quase 2,6 milhões concentram-se só em Fortaleza. "Com o expressivo aumento no número de moradores nas últimas décadas, cresceu também a quantidade de crimes cometidos aqui – especialmente nas grandes cidades, mas também em localidades interioranas. Isso fez com que a demanda das duas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça aumentasse exponencialmente, assim como a de diversas unidades do Primeiro Grau. Ou seja: ter apenas dois colegiados especializados não era suficiente. Com a terceira Câmara, nós vamos agilizar os processos – sobretudo aqueles de réus já presos –, evitar prescrições e dar maior pressa aos habeas corpus."

A desembargadora assinalou que a decisão de criar uma nova Câmara é, antes de tudo, uma forma de atender aos anseios da sociedade (e por que não da própria Justiça?) por um Judiciário mais célere. "Algo que deveria ter sido feito em 2011, quando se diagnosticou que, de todos os tribunais brasileiros, o TJCE era o que tinha a maior desproporção entre a quantidade de Câmaras Cíveis e Câmaras Criminais", disse.

"Reduzir essa desproporção", notou Iracema, "foi possível apenas agora, após conseguirmos outro feito: aprovar – com o apoio de todos os demais 42 desembargadores – um novo Regimento Interno para o Judiciário cearense. É esse documento que transforma a 8ª Câmara Cível do TJCE em 3ª Câmara Criminal".

De imediato, a nova Câmara do Tribunal receberá 30% do acervo processual das duas outras Criminais. Material esse que será distribuído de forma equitativa para os quatro magistrados que a compõem: o desembargador Francisco Darival Beserra Primo (presidente), o desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, o desembargador José Tarcílio Souza da Silva e o juiz convocado Antônio Pádua. "A esse colegiado, o nosso desejo é de muito trabalho e compromisso. O povo cearense e a Justiça Estadual contam com Vossas Excelências."

Outro feito importante da gestão de Iracema Vale: o estímulo à conciliação. O já existente Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) foi ampliado. Conta agora com mais três salas para a realização de audiências de conciliação. Ou seja: mais espaço para colocar frente a frente, numa conversa franca, quem tem a pretensão de transformar uma disputa num processo.

A desembargadora Maria Iracema Martins do Vale nasceu em 17 de abril de 1952, em Fortaleza - Ceará. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará em 1974 e em Administração Pública pela Universidade Estadual do Ceará em 1980. Especializou-se em Direito Público e em Processo Civil. Ingressou no Tribunal de Justiça do Ceará como desembargadora em 2005, pelo critério do quinto constitucional, destinado ao Ministério Público. Atualmente, é presidente da Corte, durante o biênio 2015-2016. Iracema Vale também foi Procuradora Geral de Justiça, Ouvidora do Tribunal de Justiça, Corregedora, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

"A sociedade precisa compreender que é possível solucionar problemas não somente pela mão de um juiz. Em inúmeros casos, um diálogo pode resultar num acordo benéfico a todos. Ganham as partes, que terão uma decisão construída pelos próprios envolvidos, e ganha a Justiça, que passa a ter menos demandas."

PELOS TRIBUNAIS



TJPB / DIVULGAÇÃO

TJPB celebra democratização como ponto alto da gestão

Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque fecha uma administração marcada pela quebra de paradigmas.

■ ■ Fórum Orçamentário está entre as principais ações da Presidência

A deflagração do processo democrático no âmbito do Poder Judiciário estadual, com a eleição direta para diretores de fóruns, e a atenção especial ao 1º Grau de jurisdição, com destaque para o Fórum Orçamentário, formaram a viga mestra da atual gestão do presidente Marcos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (Biênio 2015/2017). As plenárias para discutir o orçamento participativo, iniciadas em julho de 2014, com a realização da 1ª Jornada de Priorização do 1º Grau, deram à Corte de Justiça a ciência de que algo novo estava sendo lançado no Judiciário, que naquele momento estava sendo inaugurado um novo padrão de gestão, com destaque para

decisões compartilhadas em contraposição ao obsoleto modelo de governar que, até então, se dava de forma unilateral, de cima para baixo.

Além da quebra de paradigmas quanto ao modelo de gestão, o chefe do Poder Judiciário tocou importantes obras, tais como reformas e intervenções em mais de 30 fóruns, expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e uma série de cursos de capacitação, ministrados a 1.737 servidores, isso sem esquecer os projetos culturais, com lançamento de livros e publicações do Judiciário. Ainda no campo da Cultura, o presidente Cavalcanti criou e instalou o Memorial Desembargador Heráclito Cavalcanti.

Na atual gestão, foi implantado o

programa Tribunal sem Distância, Cartório Unificado no Fórum Cível da Capital e instalação das Turmas Recursais Permanentes, em João Pessoa e Campina Grande. Paralelamente a essas iniciativas, e como marca do ano de 2015, a gestão do presidente Cavalcanti realizou quatro eventos comemorativos ao Sesquicentenário de Nascimento do Presidente Epitácio Pessoa.

Em 2016, destacam-se a elevação da Comarca de Teixeira, de 1ª para 2ª Entrância; a instalação da Comarca do Conde; medidas de contenção de despesa, ante a crise financeira, tais como economia no consumo de água e energia elétrica e, ainda, avanço na política de pagamento de precatórios.

Por fim, destaca-se também a realização do 58º concurso público para o cargo de Juiz de Direito, que culminou com a nomeação de 29 novos juizes, em solenidade de posse realizada na tarde do dia 19 de setembro, na Sala de Sessões do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, e a decisão de promover, em dezembro, o 109º do Conselho de Tribunais de Justiça.

Para o desembargador Cavalcanti, o balanço da gestão é altamente positivo. "Antes mesmo de terminar o meu mandato, já tenho a consciência do dever cumprido. Nesse curto período de menos de dois anos, conseguimos organizar o Tribunal nas áreas financeira e administrativa, que são dois importantes pilares de qualquer gestão. Foi isso que, entre outras medidas, nos permitiu pagar a folha de pessoal rigorosamente em dia, conceder aumento em 2015 e 2016, realizar várias ações e obras de pedra e cal, além de outros benefícios como, por exemplo, o recente aumento de 20 por cento no Auxílio Alimentação para magistrados e servidores", assinalou.

O desembargador classificou como "muito boa" a relação da Presidência do TJPB com os servidores do Judiciário. "Ao assumir a Presidência do Tribunal, no dia 31 de janeiro de 2015, abri as portas da Presidência para dialogar com todos os líderes classistas que representam as categorias de servidores do Poder Judiciário e, com isso, avançamos em todas as discussões", disse. "Empreendemos uma política de pessoal voltada para a valorização dos servidores, respeitando os seus direitos, mantendo a data base e, repito, o pagamento da folha em dia. Na verdade, nunca se investiu tanto em pessoal quanto na nossa gestão. Foram cursos de capacitação presenciais e a distância, o que possibilitou capacitar 1.737 servidores", completou.

A gestão instalou no Fórum Cível da Capital um ambiente próprio para cursos em EAD, destacou Cavalcanti, além de toda uma política de priorização do 1º Grau de Jurisdição que, ao final, valoriza o servidor, "já que é no primeiro grau onde está a grande parcela de funcionários do Judiciário estadual paraibano, onde tudo começa".

O presidente apontou a importância da democratização da administração. "Nós deflagramos um novo projeto com o objetivo de democratizar a administração do Poder Judiciário, escutando as ideias e sugestões dos ser-

vidores a partir das plenárias, com a realização da 1ª Jornada de Priorização do 1º Grau, em julho de 2014. O projeto é importante por si só, porém, o valor da iniciativa torna-se ampliado se visto por outro ângulo, ou seja, do ponto de vista histórico, já que representa a quebra de paradigmas."

No final de outubro, com a instalação do Processo Judicial Eletrônico nas comarcas de Araruna, Solânea, Arara e Cacimba de dentro, o Tribunal de Justiça da Paraíba alcançou o patamar de 93% da implantação do PJe no Estado, destacou o presidente. Das 197 unidades judiciárias, onde é possível a implantação do sistema, 184 já estão operando o PJe nas competências de matéria cível da LOJE (Lei de Organização Divisão Judiciárias), quais sejam: Cível, Fazenda, Executivos Fiscais, Família, Sucessões, Feitos Especiais, Infância e Juventude e Juizados Especiais Cíveis. Há também um cronograma de expansão do PJe para este mês de novembro e, também, dezembro. "Vamos avançar e levar o PJe para as comarcas de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Esperança e Pocinhos; Lucena, Rio Tinto, Jacaraú e Araçagi e finalmente Remígio, Barra de Santa Rosa, Cuité e Picuí, fazendo com que o Tribunal de Justiça da Paraíba cumpra as determinações do Conselho Nacional de Justiça previstas na Resolução 185. Já foram distribuídos cerca de 260.000 (duzentos e sessenta mil) processos no PJe do TJPB, no 1º e 2º Graus, e Corregedoria Geral da Justiça", afirmou.

Nesse quesito, assegurou o desembargador, o TJPB está na vanguarda. "Informações do CNJ, no anuário Justiça em Números, aponta que, no ano de 2015, o número de feitos distribuídos eletronicamente supera a quantidade de feitos distribuídos fisicamente e o TJPB tem participação efetiva nesta conquista, sendo o 2º Tribunal de Justiça Estadual do País em adotar o PJe como sistema informatizado de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário do Brasil."

Apesar da morosidade ainda ser uma realidade na Justiça brasileira, o Tribunal da Paraíba empreendeu uma série de ações voltadas à celeridade processual, tais como mutirões e parcerias com os cursos de Direito das faculdades aqui sediadas que nos permitiram promover iniciativas voltadas à conciliação, evitando assim que mais processos aportem no balcão do Judiciário.

"O servidor passou a ter voz e vez na construção da peça orçamentária do Judiciário. Posso dizer que antes tudo ou quase tudo era feito de cima para baixo, no gabinete do presidente. Agora, não. Com o fórum orçamentário, as decisões passam também pelas mãos dos servidores."

PELOS TRIBUNAIS



ALRN / DIVULGAÇÃO

No TJRN, gestão avança com a superação de desafios

Desembargador Cláudio Santos, do TJRN: planejamento sem concessão de benesses.

■ ■ Desembargador Cláudio Santos aponta caminhos para a eficiência

Contratação de 40 novos juízes para preencher 35 comarcas do interior sem juízes titulares há mais de 10 anos, bater um recorde atrás do outro no pagamento de precatórios, alcançando R\$ 150 milhões em menos de dois anos e iniciar um plano de obras ousado para construir dez fóruns e a sede própria do Judiciário potiguar. Essas são algumas das realizações da administração do desembargador Cláudio Santos à frente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). A eficiência esteve na ordem do dia, no biênio 2015-2017.

"O início não foi fácil. Precisamos cortar cargos comissionados, combater o crescimento vegetativo da folha de pessoal, contrariar interesses

dos mais diversos. Incompreensões, críticas e frustrações tiveram de ser enfrentadas e superadas em nome do equilíbrio das contas e da saúde financeira da instituição centenária. Com essas providências economizamos R\$ 105 milhões em 2015, primeiro ano da gestão. As despesas com pessoal foram reduzidas em 15%. Em meados de outubro, o Tribunal registrou um volume de pagamentos de precatórios 72% maior do que no biênio anterior", afirmou o desembargador.

Segundo Cláudio Santos, a administração construiu seu planejamento com base na responsabilidade fiscal. "Prometi em meu discurso de posse, em 2 de janeiro daquele ano, fazer uma administração como um ponto fora da

curva. O Judiciário deste Estado não poderá ser mais gerido da forma que fora, anteriormente; a responsabilidade fiscal deve preponderar, sem concessão de gracejos ou benesses a quem quer que seja", disse.

Em virtude de toda a engenharia financeira para deter gastos que estão crescendo exponencialmente, o desembargador afirmou que não deixou de atuar de modo construtivo com ideias e ações para que o Estado do Rio Grande do Norte pudesse enfrentar a crise financeira com atitudes concretas. "Liberamos, com a aprovação do Pleno do TJ, R\$ 20 milhões para que o governo construa um presídio para 600 presos e uma unidade APAC. Com base no espírito público,



propos a transferência de R\$ 100 milhões para gastos emergenciais em saúde e segurança pública, para minorar o sofrimento da população", assinalou.

Ao inaugurar o Fórum Djalma Marinho, em Nova Cruz, Cláudio Santos ressaltou o uso correto do dinheiro público como permissão para uma gestão eficiente. "Não se faz obra mais barata do que essa, no Rio Grande do Norte. Lembro que o valor do metro quadrado nesta construção é de R\$ 1729,00. Só pudemos entregar à população uma obra como essa porque economizamos recursos que pertencem ao povo e por isso fomos incompreendidos por alguns", disse.

Robustecido pelo ajuste nas contas, o Tribunal passou a avançar em 2016 em diversas áreas. "Chegamos ao final desde biênio com quase mil estagiários contratados, de cursos como Direito, Comunicação, Administração e Psicologia entre outros. Uma força de trabalho jovem, com novas visões e ideias, para auxiliar o trabalho de magistrados e servidores para uma melhor prestação jurisdicional ao cidadão", observou o desembargador.

Os investimentos foram altos em segurança e em unidades judiciárias. "Investimos R\$ 5 milhões no monitoramento eletrônico de unidades judiciárias como a sede do Tribunal, Fórum Miguel Seabra Fagundes, Fórum de Mossoró e outras instalações da capital e interior. Os equipamentos de filmagem atende aos melhores padrões internacionais, a exemplo do que foi empregado na Olimpíada do Rio de Janeiro", ressaltou o desembargador. Segundo ele, o projeto para reforçar a segurança das unidades do Tribunal só saiu do papel em virtude da economia nos gastos do Poder Judiciário, o que possibilitou a destinação de dinheiro para a aquisição de máquinas em alta definição. "O Judiciário precisa fazer mais com menos e mudar a curva de gastos ascendente nos últimos anos sobre a qual nos debruçamos para diminuí-la, economizando e aplicando em ações concretas como a da segurança, que conta com o que há de melhor neste segmento em termos internacionais", afirmou.

Apenas no Fórum Miguel Seabra Fagundes, o maior do Estado e que abriga 70 Varas da Justiça na capital e a Direção do Foro da Comarca de Natal, foram instaladas 86 equipamentos HD e Full HD. Na sede do TJRN estão sendo instaladas 65 máquinas semelhantes. O

sistema permite que ao ser verificada a entrada de alguém não autorizado em um dos prédios, o alarme dispare e a polícia seja acionada imediatamente. Com essa aquisição, o TJRN se torna o Tribunal com o sistema de segurança mais moderno do Nordeste e referência para outras unidades do Judiciário.

O novo sistema de segurança eletrônica do Fórum Miguel Seabra Fagundes foi inaugurado em 8 de agosto. Outras cinco unidades vão receber este sofisticado sistema: o edifício sede do Tribunal, Central de Flagrantes da Ribeira, Fórum Varella Barca (Zona Norte), Fórum Desembargador Silveira Martins (Mossoró) e o Fórum Desembargador Félix de Araújo Bezerra Galvão (Nísia Floresta).

Outra iniciativa importante é o projeto "Arquivar é Preciso". A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) resolveu suspender o expediente forense, no período de 5 a 9 de dezembro, em todas as unidades jurisdicionais de 1º Grau da Justiça Estadual potiguar, em razão da execução do projeto. O objetivo da Semana Estadual do Arquivamento é aumentar o número de processos baixados/arquivados, buscando diminuir a taxa de congestionamento e melhorar as estatísticas do Judiciário potiguar.

Segundo a Portaria nº 1.121/2016, durante esse período os prazos processuais serão sobrestados, ficando automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente aqueles que se vencerem ou iniciarem nesse interregno.

Além disso, o normativo esclarece que as paralisações não impedirão as audiências já apazadas, recebimentos de petições iniciais, entrega de Alvarás e exame de medidas urgentes pelo Juiz da Unidade.

Para auxiliar os trabalhos da Semana, a CGJ produziu também uma relação de todos os processos já julgados e pendentes de arquivamento, considerando dados até o mês de setembro, além de manual com as movimentações necessárias, de acordo com a Tabela Unificada Processual do CNJ, a fim de se obter a baixa dos processos.

Movimentar, arquivar processos judiciais e diminuir a taxa de congestionamento dos Juizados Especiais, com o incremento do número de processos baixados, são os objetivos do projeto "Arquivar é Preciso", criado pela Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais, que tem à frente o juiz Paulo Maia.

"O Judiciário deste Estado não poderá ser mais gerido da forma que fora, anteriormente; a responsabilidade fiscal deve preponderar, sem concessão de gracejos ou benesses a quem quer que seja."

PELOS TRIBUNAIS



AMASE / DIVULGAÇÃO

Sergipe encontra equilíbrio no controle orçamentário

Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça, do TJSE: dificuldades superadas com boa gestão dos recursos financeiros.

■ ■ Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça mostra saldo positivo

Tendo como objetivo a melhoria dos serviços de prestação jurisdicional postos à disposição da população pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe, frente a um momento econômico de crise pelo qual passa o país, o presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça, buscou superar os obstáculos ao bom desenvolvimento da máquina jurisdicional com adoção de medidas administrativas pautadas pela legalidade, economicidade e transparência, de forma a obter o máximo de eficiência e resultados que se refletissem concretamente na maior celeridade dos processos em trami-

te no Judiciário sergipano.

O desembargador chegou à presidência do TJSE aos 65 anos de idade e após dez anos de magistratura. Em sua gestão destacam-se as seguintes ações:

01. Implementação do processo eletrônico em todas as unidades jurisdicionais, bem como na esfera administrativa (SEI – Sistema Eletrônico de Informação);

02. Investimentos de mais de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) no setor da Tecnologia da Informação, com aquisição de novos aparelhos e desenvolvimento de ferramentas utilizadas por todas as unidades jurisdicionais e administrativa;

03. Desativação de 25 distritos

judiciários com baixa demanda, de modo a possibilitar economia ao Tribunal de Justiça em valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), face à redução com despesas de água, luz, telefone e pagamentos de serviços terceirizados e cargos comissionados;

04. Manutenção e reforma dos prédios onde funcionam os Fóruns no Estado, bem como a construção e instalação do novo Fórum da Comarca de Simão Dias;

05. Duplicação das telas de computador (monitores) das bases de trabalho de todos os magistrados e servidores da área fim;

06. Expansão do alvará eletrônico e implantação do teletrabalho,

com regulamentação visando o controle de metas estabelecidas em resolução pelo Tribunal de Justiça;

07. Implantação do monitoramento (rastreamento) da frota de veículos do Tribunal de Justiça por GPS, com redução dos custos com combustível (22%), manutenção (25%), além otimização das rotas diárias e redução do pagamento de diárias;

08. Expansão das atividades do CEJUSC, com postos avançados e CEJUSC no interior do Estado, bem como projeto implementado da conciliação feita por agentes da SMTT, através de smartphone (PARE, CONCILIE e SIGA);

09. Estruturação do Departamento de Precatórios, com organização de seu espaço físico e de suas divisões, bem como, por resolução do Tribunal de Justiça, de suas atribuições para o trâmite dos precatórios, visando maior celeridade e eficiência;

10. Desenvolvimento e implantação de um sistema de precatórios, com controle das listas de cronologia e ferramenta de cálculos;

11. Desenvolvimento e implantação do precatório eletrônico e do RPV eletrônico – requisição de pequeno valor;

12. Implantação do CIFAP – módulo agregado ao sistema de controle processual que fornece informações atualizadas sobre obrigações impostas em processos criminais, que são disponibilizadas aos órgãos jurisdicionais, aos responsáveis pela segurança pública e à sociedade em geral, através do sítio eletrônico do TJSE;

13. Implantação de audiências por videoconferência, com redução de custos e maior segurança na prática dos atos processuais;

14. Implantação da audiência de custódia, por resolução do Tribunal de Justiça, com observância do fato do IML e do Instituto de Identificação serem centralizados na capital do Estado, assim como centralizada é a porta de ingresso no sistema prisional, com déficit de 500 servidores no executivo estadual dos 1200 previstos em lei;

15. Implantação do monitoramento ele-

trônico de pessoas;

16. Credenciamento de instituições financeiras para gerenciar as contas de depósitos judiciais, visando maior operacionalidade, bem como melhor percentual de remuneração para o Tribunal de Justiça;

17. Abertura de procedimento licitatório tendo por objeto a folha de pagamento do Tribunal de Justiça;

18. Rescisão do contrato com a prestadora de serviços de lanche e redução dos gastos com o consumo de papel A4, objetivando redução de custos;

Somam-se as essas medidas administrativas diversas outras, a exemplo de novas ferramentas em desenvolvimento pela secretaria de tecnologia da informação que visam otimizar as atividades realizadas pela área meio (administrativa) e pela área fim (jurisdicional) do Tribunal de Justiça, que, mesmo diante da escassez de recursos, impondo limitação de gastos com pessoal, tem possibilitado ultrapassar as dificuldades e manter a excelência dos trabalhos jurisdicionais prestados pelo Judiciário Sergipano.

Luiz Antônio Araújo Mendonça, sergipano do município de Itabaiana, nasceu em 15 de dezembro de 1949. Concluiu o curso de Direito pela Faculdade Braz Cubas, em São Paulo. Começou a carreira de promotor de Justiça em 1983. Em agosto de 2003, recebeu a promoção por merecimento para o cargo de procurador de Justiça.

Foi membro do Conselho Estadual dos Direitos e Proteção do Idoso, sendo também membro do Conselho Estadual de Assistência Social.

Exerceu o cargo de secretário de Estado da Segurança Pública por duas oportunidades.

Através de Decreto, em 15 de junho de 2005, foi nomeado para exercer o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Fez parte da 2ª Câmara Cível. O presidente do TJSE já presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, entre os anos de 2010 e 2011, e foi Corregedor Geral da Justiça, no biênio 2007-2009.

"A magistratura de Sergipe enfrenta dificuldade orçamentária, mas é uma das mais eficientes do Brasil, tendo repercussão para os demais tribunais do país. Todo recurso de que o tribunal dispõe é passado para os servidores, mas não podemos ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal."

PELOS TRIBUNAIS



ARY PORTUGAL/PMSJP

Judiciário do Paraná avança em busca da modernização

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (ao centro): gestão dedicada à modernização dos processos e às obras.

■ ■ Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos investiu alto em eficiência

De forma inovadora e marcante, a administração do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, no biênio 2015/2017, modernizou o sistema Judiciário paranaense. Durante a sua gestão, houve investimento na reestruturação administrativa, reorganizando departamentos, criando divisões e constituindo comissões.

Outro forte investimento da Presidência foi na área de construção e reforma. Uma imponente obra de restauro e retrofit de 20 mil metros quadrados foi finalizada no Palácio da Justiça, construído em 1962, permitindo reunir os gabinetes de todos os Desembargadores da Corte num só lugar.

Também no Palácio da Justiça, sede do TJPR, foi inaugurado recentemente um empreendimento inovador para o bem-estar dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça: um moderno e espaçoso restaurante, construído na esplanada do prédio anexo.

Além disso, estão em desenvolvimento os projetos complementares para construção do Centro Administrativo; do Centro Judiciário, com Fórum Criminal e Juizados Especiais; estacionamento e reformas no Fórum Cível da Capital e no Centro de Audiências de Custódia.

Paralelamente, investimentos em infraestrutura nas comarcas do interior e na região metropolitana procuraram melhorar as condições de tra-

balho no 1º grau de jurisdição.

A conciliação também esteve presente na gestão de Paulo Roberto Vasconcelos. No dia 21 de novembro, teve início a 11ª edição da Semana Nacional da Conciliação. Promovida pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), prossegue até sexta (25/11), em todo o Brasil. No TJPR, a Campanha foi aberta com uma cerimônia realizada na Vara Descentralizada no Boqueirão, em Curitiba.

Durante a solenidade, o desembargador Ruy Muggiati, Coordenador da Campanha no Paraná, destacou a importância da conciliação: "Este é o caminho mais curto para os conflitos que existem na sociedade. A conciliação nos traz a igualdade entre as

peças, tem o poder de restaurar a dignidade humana ferida e ainda valoriza a capacidade do diálogo como fator de reestruturação das relações humanas”.

Para o 2º vice-presidente do TJPR, desembargador Fernando Wolff Bodziak, o trabalho desenvolvido pelo TJPR na política de autocomposição recebe destaque nacional. “Hoje é dia de dar início à Semana Nacional da Conciliação, uma campanha que vem se consolidando ao longo do tempo e o Paraná tem sido um dos estados, atuando de forma vanguardista, muito consistente na busca da pacificação dos conflitos. A partir de dezembro passaremos a contar com 70 Centros Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania no Paraná, o maior número por habitante no país, ultrapassando, inclusive, o estado de São Paulo. Com isso, servimos de exemplo para todo o Brasil de como devemos trabalhar com os métodos alternativos de solução de conflitos”, destacou o 2º vice-presidente.

Finalizando a cerimônia, o presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos cumprimentou todos os magistrados e servidores que trabalharão pela campanha. “O Tribunal de Justiça do Paraná precisa divulgar a conciliação, através dela podemos ganhar mais força e eficiência. Vamos em busca de resultados positivos, cumprimentando todos que estão trabalhando nessa campanha, são todas pessoas de bem que querem ver o bem do próximo”, disse o desembargador.

Durante o evento ainda foi assinada uma Carta de Intenções que pretende celebrar um convênio entre o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e a Defensoria Pública do Estado do Paraná. O documento, assinado por representantes de ambos os órgãos, pretende estabelecer ferramentas para que a Defensoria facilite a conciliação e mediação de conflitos ainda em fase pré-processual, com homologação do acordo por magistrados dos Cejusc competentes.

Além dos desembargadores citados, estiveram presentes as seguintes autoridades: a diretora da Vara Descentralizada do Boqueirão, Juíza Rita Borges de Leão Monteiro, a Coordenadora Regional do Cejusc da Justiça Federal do Paraná, Gisele Lemke, o Promotor

de Justiça Eduardo Alfredo de Mello Simões Monteiro, representando o MP, o Secretário da Amapar, Juiz Márcio Jose Tokars e o Defensor Público Geral do Paraná, Sérgio Parigot de Souza.

Filho de Hermógenos Vasconcelos e Dejanira Vasconcelos nasceu em Santo Thomaz de Aquino (MG), no dia 8 de dezembro de 1947. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná, em 1973 e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1975.

Possui cursos de especialização na área de Administração em Recursos Humanos; Orçamento Programa e Planejamento Governamental e na área de Direito, com curso preparatório (1ª turma) para magistrados na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Antes de ingressar na Magistratura, foi técnico em administração da Secretaria de Estado de Administração e exerceu advocacia no período de três anos.

Em 1984, após Concurso Público para juiz substituto, exerceu suas funções nas Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pitanga, Prudentópolis, Paranaguá, Clevelândia e Guaratuba, tendo participado da instalação da Comarca de Guaratuba na gestão do Desembargador Armando Carneiro.

Foi juiz de Direito titular, de 1986 a 1989, na Comarca de entrância inicial de Tomazina, atendendo também as Comarcas de Ibaiti e Wenceslau Braz. Foi promovido para Comarca de entrância intermediária de Foz do Iguaçu, em 1989, na qual, exerceu o cargo de titular junto à 2ª Vara Criminal e à 3ª Vara Cível. Em 1992 foi promovido para mesma Comarca, já como entrância final. No final do ano de 1996 foi removido para o cargo de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

Em fevereiro de 2002 foi promovido ao cargo de juiz de Alçada. Em 3 de fevereiro de 2005 foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (gestão 06/07). Eleito 1º Vice-presidente do TJPR para o biênio 2013/2014.

Casado com Maria do Rocio Salmon Vasconcelos e tem três filhos; Paulo Roberto, Claudia Maria e Thiago Roberto.

Eleito para o cargo de presidente do TJPR em 03 de novembro de 2014. Tomou posse no dia 02 de fevereiro de 2015.

"O Tribunal de Justiça do Paraná precisa divulgar a conciliação, através dela podemos ganhar mais força e eficiência. Vamos em busca de resultados positivos, cumprimentando todos que estão trabalhando nessa campanha, são todas pessoas de bem que querem ver o bem do próximo."

PELOS TRIBUNAIS



TJAC / DIVULGAÇÃO

TJAC desenvolve ações no caminho da humanização

Desembargadora Cezarinete Angelim implantou programa "Justiça do Terceiro Milênio", no TJAC.

■ ■ Desembargadora Cezarinete Angelim planta a Justiça do futuro

As diversas ações realizadas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, nos 500 dias de gestão da desembargadora presidente Cezarinete Angelim (biênio 2015-2017), revelam o compromisso não somente com a missão, visão e valores da Instituição, mas também com os cidadãos. O lema para garantir à sociedade uma prestação jurisdicional mais ágil tem como base três ideias centrais: eficiência, humanização e prática da conciliação.

As iniciativas vão ao encontro da "Justiça do Terceiro Milênio", um novo modelo de trabalho caracterizado pela ampliação do acesso dos cidadãos ao Judiciário, e que desperta para uma maior aproximação com as pessoas, estabelecendo a busca do

bem comum, afirma Cezarinete. "Essa nova etapa exige uma real mudança de mentalidade e de cultura, com capacitação multidisciplinar e visão humanística em todos os níveis dentro da Justiça Estadual. Dessa forma, magistrados e servidores da Justiça do Acre assumem a condição de verdadeiros agentes de transformação social", afirma.

No caso da conciliação e mediação, por exemplo, houve a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em todas as Comarcas instaladas do Estado, e até em outras instituições públicas e privadas. E mais de 20 mutirões no total na Capital e no interior. Também foram implementados diversos programas e projetos, em busca da pa-

cificação social, a exemplo da Justiça Restaurativa, da Justiça Terapêutica, e de atividades voltadas à ressocialização dos reeducandos ou egressos do Sistema Prisional.

A Presidência também implantou a Assessoria Jurídica Virtual, que conseguiu impulsionar milhares de processos nas Comarcas da Capital e do interior do Acre, o que revela um aumento significativo na produtividade. "O trabalho consiste no suporte à distância às unidades jurisdicionais onde houver déficit de mão de obra e significativo número de processos com excesso de prazo; na perspectiva da necessidade de assegurar a razoável duração do processo e a prestação jurisdicional correta", destaca Cezarinete.

Ainda nessa perspectiva, a Presidência do TJAC fortaleceu o 1º Grau de Jurisdição, com diversos editais de convocação de conciliadores, juízes leigos e estagiários, para fortalecer a Comarca da Capital e do interior do Estado, colocando em prática a política de priorização do 1º grau de jurisdição. E melhorou a estrutura física e tecnológica das unidades judiciárias.

Outra iniciativa relevante foi a instalação do Gabinete Itinerante, cujo propósito é o fortalecimento da interlocução permanente com os gestores das unidades judiciárias, servidores e comunidade. Além disso, busca-se otimizar os serviços prestados à população e melhorar as condições de trabalho de magistrados e servidores. Essa ação foi levada a unidades judiciárias da Capital e do interior do Estado.

Não menos importante, diversas ações inovadoras foram implementadas ao longo dos últimos 20 meses. A atual Administração do TJAC modernizou a gestão de documentos e processos eletrônicos administrativos, com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – na perspectiva da eficiência. O SEI já é apontado como um divisor de águas na história da Instituição.

Todas essas ações buscam garantir as melhores condições possíveis para a continuidade do atual processo de aperfeiçoamento do Poder Judiciário Estadual, com vistas à construção de uma Justiça cada vez mais qualitativa, moderna e fraterna, priorizando os métodos de resolução pacífica de conflitos, em atenção às políticas estabelecidas pelo CNJ.

No âmbito interno, diversos workshops foram realizados com a equipe da gestão, diretores, gerentes e assessores, no sentido de profissionalizar a gestão, e garantir maior autonomia operacional.

A atual gestão tem trabalhado para assegurar a acessibilidade aos serviços judiciários, maior aproximação com os cidadãos e nível de qualidade e eficiência, independentemente da localidade geográfica. Desse modo, levou os mais relevantes serviços do Judiciário às Comarcas do interior do Estado, e promoveu maior aproximação com os cidadãos. Foi com essa finalidade que o Tribunal de Justiça do Acre implementou a Interiorização das Ações, uma prioridade da atual gestão, que busca alcançar um nível de qualidade na prestação dos serviços à sociedade, independentemente da localidade geográfica.

A Presidência do TJAC tem ido a todos os municípios, de carro, avião, de barco e a pé, diminuindo distâncias e não se deixando vencer pela dificuldade do acesso – fortalecendo as unidades judiciárias até dos lugares mais distantes, como Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves –, para garantir a realização da prestação jurisdicional célere que a sociedade acreana precisa.

Foram promovidas diversas edições do inédito Programa Qualidade de Vida – voltadas à saúde e bem-estar dos profissionais que atuam no Judiciário Estadual –, e implementadas iniciativas do Programa Natureza Viva, como o Bosque Florido e a aquisição junto ao Poder Executivo de uma Área de Proteção Ambiental (APA), além dos empreendimentos de cunho social, como a retomada do Projeto Cidadão. Obras estão sendo edificadas, e serão entregues pela atual Administração, como a construção da Nova Sede dos Juizados Especiais em Rio Branco, e os fóruns da Comarca de Porto Acre, e da Comarca de Rodrigues Alves, no interior do Estado.

Na atual gestão, o Tribunal de Justiça do Acre também desponta pelo ineditismo de obter a Certificação Selo Verde e o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, que agrega visibilidade às empresas e instituições que estão de acordo com as boas práticas de conduta socioambiental responsável.

Criado com o objetivo de assegurar os direitos das pessoas portadoras de deficiência no âmbito do Judiciário Acreano, implementando ferramentas de inclusão social e conscientizando o público interno acerca da necessidade de um olhar mais atento à questão, o Projeto Acessibilidade do Tribunal de Justiça do Acre também foi implementado pela atual gestão.

Na área de aperfeiçoamento técnico e profissional, foram oferecidos diversos cursos de capacitação destinados a juízes e servidores, dentre eles o “Coaching para Gestores e uma Liderança Eficiente”, e “As normas fundamentais do Processo Civil e o Novo CPC”, ministrado pelo renomado desembargador Alexandre Câmara. “Assim, o Tribunal segue combinando jurisdição, ética, agilidade, responsabilidade social, meio ambiente e economia, com uma proposta acolhedora e humana”, finaliza a desembargadora Cezarinete.

As ações continuarão a ser implementadas nos próximos meses.

"As ações continuarão a ser implementadas, em conformidade com as diretrizes definidas pela atual gestão. As conquistas só foram possíveis graças a um esforço conjunto e concentrado da Presidência do Tribunal de Justiça Acreano, de magistrados e servidores."

PELOS TRIBUNAIS



TJMS / DIVULGAÇÃO

TJMS criou projeto pioneiro e ampliou o acesso à Justiça

Desembargador João Maria Lós: pioneirismo e eficiência na Presidência do TJMS.

■ ■ *Tribunal do Mato Grosso do Sul está entre os mais produtivos do país*

Nestes dois anos à frente da administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o desembargador João Maria Lós comandou a realização de diversos projetos e melhorias na estrutura do Poder Judiciário, o que melhorou as condições de trabalho para magistrados e serventuários da justiça e beneficiou a população sul-mato-grossense. Segundo o Relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJMS figura como a 2ª Corte mais produtiva entre as de pequeno porte.

"Como maior legado de nossa administração, deixamos o programa Judiciário em Movimento, que tornou 100% dos municípios de Mato Grosso do Sul sedes de comarcas. De for-

ma inédua, os municípios passaram a ser atendidos por uma vara da justiça comum, funcionando com uma estrutura móvel, a "Carreta da Justiça", que percorre as comarcas fazendo os atendimentos de justiça comum. Com a aprovação da Lei nº 4.904/2016 que viabilizou o projeto, foi possível criar a Vara da Justiça Itinerante do Estado de MS, para que um juiz percorra todo o estado, com sua equipe, levando justiça à população não assistida pela Justiça", afirmou o desembargador.

As primeiras ações da administração começaram lá no início de 2015, com a instalação de mais um Posto Avançado da Justiça, o Pajus, na cidade de Japorã. "O serviço possibilita que os cidadãos de cidades sem fórum

tenham acesso à justiça, por meio eletrônico. Também instalamos a primeira Vara de Medidas Protetivas do Brasil, que funciona dentro da Casa da Mulher Brasileira, também a primeira instalada no país. Com isto, as mulheres podem contar com a Justiça para extirpar a mazela da violência doméstica. Os resultados desde então são expressivos. Apenas no primeiro ano, mais de 2.500 mulheres foram protegidas, evitando-se assim que o resultado fosse um feminicídio", disse o desembargador.

Alinhados à nova forma de resolução dos conflitos, por meio dos métodos autocompositivos, o TJMS expandiu os Centros Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) em

Campo Grande e no interior do Estado. "Foram instalados Cejuscs em Corumbá, Naviraí, Dourados, Três Lagoas e Ponta Porã. Na capital, foram instalados mais dois Cejuscs, na Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) e na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), ampliando a possibilidade das partes buscarem uma mediação ou conciliação, em vez de litigarem na Justiça", destacou Lós.

Projetos que alinham ressociação de presos com economia de recursos públicos tornaram-se realidade. "É o projeto Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade, que usa a mão de obra e o dinheiro de presos para reformar Escolas Estaduais. Até hoje foram seis escolas contempladas, ao custo de R\$ 19.800,00 cada, o que economizou para os cofres públicos do Estado mais de R\$ 2 milhões. Se as obras fossem pelo modo tradicional, por licitação, custariam R\$ 400.000,00 cada", disse o presidente.

Em Mato Grosso do Sul, as penas pecuniárias, pagas por réus que cometeram pequenos delitos são destinadas a projetos de diversas entidades que prestam relevantes serviços em prol da sociedade. "Por meio da Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA), diversas entidades receberam recursos para desenvolverem melhor seus serviços. Desde 2013, foram destinados mais de R\$ 6 milhões em recursos provenientes das penas alternativas."

O TJMS sediou o 106º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça e elaborou a Carta de Campo Grande. "Com este encontro democrático foi ampliado o diálogo, a mobilização e representatividade das Cortes Estaduais."

Também no TJMS houve concursos públicos para magistrados, com 25 vagas, que ainda está em andamento. Concurso para serventuários da justiça com 200 aprovados e a conclusão do Concurso Extrajudicial para o serviço Registral e Notarial.

Diversas campanhas promovidas pelo Judiciário sul-mato-grossense ajudaram pessoas carentes e contribuíram para uma sociedade melhor. "De forma inovadora, instalamos o Juizado Itinerante Fluvial, de competência dos Juizados Especiais, na Comarca de Corumbá. Com a parceria da Marinha do Brasil, um juiz e assessores descem o Rio Paraguai atendendo as demandas dos ribeirinhos. Por meio do

Programa para Ajuda à Criança e ao Idoso (Pacijus), entidades e programas sociais de todo o Estado de MS foram atendidos. O Pacijus realizou companhas de Páscoa e Natal, arrecadação de kits para idosos, bolsas para mulheres carentes e roupas na campanha do agasalho", informou o desembargador Lós. "Também fomos às ruas da capital com a campanha 'Trânsito Legal', com o objetivo de levar a cultura da paz também para o trânsito. Os próprios servidores vestiram a camisa e distribuíram para os motoristas adesivos da campanha e folders com dicas de boas maneiras no trânsito como dar a seta, respeitar as leis, parar na faixa de pedestre, entre outras."

Alinhado à modernidade, o Poder Judiciário de MS criou um aplicativo para tablets e smartphones que trouxe mais praticidade ao trabalho dos magistrados do Poder Judiciário e aos advogados, permitindo manuseio de processos mesmo estando sem conexão de internet. Isto é possível porque Mato Grosso do Sul tem 100% de processos eletrônicos.

As obras de ampliação, reforma e construção de fóruns também foram a tônica desta administração do TJMS. Foram reformados oito prédios e três construídos, todos primando pela eficiência energética, acessibilidade e segurança de quem trabalha e frequenta o Judiciário. As comarcas de Bandeirantes, Camapuã, Costa Rica, Deodápolis, Glória de Dourados, Jardim, Paranaíba e Pedro Gomes receberam obras de reforma e ampliação. As comarcas de Coxim, Inocência e Terenos receberam prédios novos que garantiram comodidade para a população e melhoria nas condições de trabalho, não só para magistrados e servidores, mas também para advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Por fim, assinalou o desembargador, uma das maiores obras dessa administração será a entrega do Centro Integrado de Justiça (Cijus), um moderno prédio do Judiciário sul-mato-grossense que abrigará diversos serviços, dentre eles as varas dos Juizados Especiais, a Central de Processamento Eletrônico, que será expandida com o novo prédio, a Coordenadoria da Infância e Juventude ampliando o atendimento da população de Campo Grande. "A expectativa é que pelo Cijus mais de 3.000 pessoas passem por lá todos os dias. A iniciativa revitalizará parte da região Central da capital e impulsionará a economia."

"A ideia é aproximar a justiça do cidadão. O Poder Judiciário precisa estar onde a população está e precisamos fazer isso de maneira cada vez melhor, de maneira mais rápida e com mais eficiência. Com a presença do Poder Judiciário em todas as cidades do Estado daremos efetividade à prestação jurisdicional."

PELOS TRIBUNAIS



TJTO / DIVULGAÇÃO

Processo eletrônico e união inauguram nova era no TJTO

Desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza, presidente do TJTO: planejamento baseado na autossustentabilidade.

■ ■ Desembargador Ronaldo Eurípedes destaca pontos altos de gestão inovadora

"Quando esta edição estiver em circulação, minha gestão à frente do Poder do Judiciário do Tocantins estará a dois meses da conclusão. Com orgulho, entregaremos um Judiciário que ousou inovar valendo-se da estrutura tecnológica e humana que meus antecessores prepararam. Essa base nos propiciou imprimir ritmo e forma de trabalho com resultados que, acredito, inauguram um novo tempo para o Tocantins." Com essas palavras, o desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza celebra o encerramento de sua gestão na presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). Com destaque especial para a implantação do processo eletrônico.

"Partimos de uma plataforma com

três pilares: fortalecer e propagar a autonomia do Judiciário como poder de Estado, mirando a autossustentabilidade; equalizar a força de trabalho no processo eletrônico e fomentar a unidade do Judiciário, visando mais eficiência na prestação jurisdicional", afirma o desembargador. Para Ronaldo Eurípedes, nenhum desses pilares alcançaria sucesso isoladamente. "A interdependência entre eles embasaram a postura adotada face aos desafios e às decisões tomadas para a execução do planejamento proposto, sobre os quais passo a discorrer."

No primeiro pilar, observa o desembargador, autonomia orçamentária - a execução plena de um planejamento de gestão liga-se à execução

do orçamento aprovado pelo Tribunal Pleno, que deve ser respeitado na linha dos três poderes de Estado, onde o Judiciário, por ordem constitucional, se localiza.

A prática histórica do país nas negociações orçamentárias, diz o desembargador, é o nivelamento do Poder Judiciário a outros órgãos, na condição também de estender o "pires" ao "dono do cofre" - Poder Executivo. "Na tramitação da Lei Orçamentária Anual, no exercício passado, fizemos valer os valores aprovados pelo Pleno, essenciais ao planejamento estratégico 2015/2020. Alcançamos um crescimento de 37,64% da LOA de 2015 para 2017. Construímos um

relacionamento técnico e de respeito com o Executivo que nos possibilitou cumprir a agenda, contando com os duodécimos, mesmo num cenário de crise."

Ronaldo Eurípedes aponta os resultados: "Conseguimos manter a folha de pagamento em dia, liquidar passivos, manter os investimentos em tecnologia essenciais à prestação jurisdicional 100% eletrônica e, ainda, honrar a data-base com reajuste de 9%, não obstante as dificuldades enfrentadas para investimento em pessoal, em razão dos limites da LRF frente à Receita Corrente Líquida do Estado que, sabemos, tem se estagnado nos últimos anos. Importante destacar que fazer valer o orçamento na base aprovada pelo Tribunal nos tem permitido trabalhar com tranquilidade na entrega da gestão, na medida em que o teto de reajuste do orçamento para o próximo exercício, mesmo na proporção limitada em razão ainda do contingenciamento, permitirá manter investimentos".

Em outra frente (Judiciário 100% eletrônico - unidade - equalização da força de trabalho), materializaram-se ações centradas na valorização da cidadania, no incentivo ao controle social e no aperfeiçoamento da atividade fim 100% eletrônica. "Isto ocorreu junto a cada uma das 42 comarcas visitadas no projeto Caminhos da Justiça, com diretores e equipe técnica, para apresentar a realidade judiciária em relatórios numéricos e colher sugestões de magistrados e servidores para melhorar a realidade revelada. Compilamos mais de 180 demandas e propostas de soluções no Plano de Eficiência do Judiciário, um detalhamento de ações projetadas para tornar mais produtiva e eficiente a prestação jurisdicional calcada no desafio de aumentar a produtividade de um Judiciário interligado em rede com todo o sistema de justiça: Distritos Policiais, Defensoria Pública, Ministério Público, Advogados e Tribunais Superiores", destaca Eurípedes.

Ancorada no trabalho remoto, a gestão buscou equalizar virtualmente a força de trabalho entre as comarcas. Um destaque foi a criação da COJUN (Contadoria Judicial Unificada) que reuniu em ambiente virtual as 42 Comarcas e 35 contadorias existentes. Um diagnóstico colhido no Caminhos da Justiça revelava comarcas com 30 processos para cálculo e outra com 3 mil. Agora, os processos para cálculo são distribuídos de forma igualitária aos contadores oferecendo

um serviço público muito mais eficiente.

O processo eletrônico também permitiu investir na unificação das secretarias judiciais, assevera Eurípedes. A primeira se deu com as Secretarias das Varas Criminais (Secrim), na Capital: a força de trabalho das três varas reunidas em um ambiente único possibilitou em 2016 um aumento de 90% no número de processos baixados em relação a 2015. Também fruto do Trabalho Remoto destaca-se as Escrivanias em Rede. Servidores de comarcas auxiliam remotamente outras com alto índice de entrada. A experiência movimentou mais de 4.500 processos em dois anos.

No Caminhos da Justiça identificamos alta taxa de congestionamento nas varas, não por baixa produtividade dos magistrados, mas por deficiência de gestão dos atos cartorários e falta de movimentação processual correta para a baixa processual. O magistrado precisava tomar para si a gestão de pessoas, a gerência de números e atitudes, papel para o qual não fora formado. A solução foi investir na capacitação, com destaque para os 99 juízes certificados no curso de desenvolvimento de competências de liderança e gestão, os 40 servidores na pós-graduação em prática judiciária, além da realização do I Encontro de Secretários de Juízo, com 40 participantes.

Por fim, no último pilar (controle social - política de comunicação - incentivo à conciliação), vale mencionar que, especialmente em razão da abertura institucional delineada pelas ações de aproximação com as Comarcas, incentivando a união de forças e o trabalho com base na unidade, era preciso investir em uma política de comunicação que chegasse a todos na velocidade que o processo eletrônico exige de magistrados e servidores, propagar especialmente a atividade fim da Justiça, levando à sociedade o resultado de nossas ações. "Investimos muito na comunicação social. Criamos o Zap Justiça, noticiário em vídeo rápido de 1 minuto que leva a mais de mil servidores e magistrados o que acontece no Judiciário tocantinense, através do aplicativo whatsapp."

Destaco ainda o investimento nas ações que incentivam a solução consensual de conflitos com a aprovação da normativa interna que instituiu o NUPEMEC - Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação, instalamos mais 11 CEJUSC dos 16 existentes no Tocantins.

"Cheguei ao Judiciário pelo quinto constitucional. Fui doutrinado para o litígio e hoje, em uma das experiências mais gratificantes da minha vida, concluo que o caminho para driblar as limitações de investimentos é a cooperação, o sentido de unidade e a união de forças pra pensar no bem comum e fazer justiça plena."

PELOS TRIBUNAIS



TJAP / DIVULGAÇÃO

Justiça do Amapá amplia sua atenção ao jurisdicionado

Desembargadora Sueli Pereira Pini, presidente do TJAP: gestão ousada e marcada pela aproximação com a sociedade.

■ ■ Desembargadora Sueli Pereira Pini exalta projetos de expansão judiciária

Ao longo dos quase dois anos de gestão, a desembargadora Sueli Pereira Pini, presidente do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), criou programas importantes, dentre eles: Mediação Escolar, que objetiva disseminar uma cultura de paz nas Escolas do Amapá. Em um ano de implantação do programa foram capacitados e formados centenas de mediadores de conflitos e criadas novas bases do Núcleo de Mediação Escolar; cursos de Capacitação Continuada em Técnicas de Conciliação, destinados ao permanente treinamento de servidores, estagiários, voluntários e acadêmicos de Direito; Pequenos Juízes na Corte, com a visita de alunos da rede pública e pri-

vada de ensino aos Fóruns da Justiça do Amapá; programa de audiências públicas nas comarcas para prestação de contas à sociedade local, oportunidade em são apresentadas informações judiciais e dados financeiros das unidades.

Como presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e de Cidadania (NUPEMEC/TJAP), criou núcleos de conciliação e mediação judicial na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Faculdade Estácio de Sá Amapá, Faculdade de Macapá (FAMA).

A magistrada implantou, também, núcleos de mediação escolar, em colégios públicos da rede estadual de ensino no município de Macapá e

Oiapoque. Revolucionou quando ousou na implantação de um núcleo de conciliação em uma escola estadual, que funciona dentro do Instituto de administração penitenciária, o primeiro do Brasil..

Por meio do revolucionário Programa de Virtualização Processual reduziu o tempo de tramitação dos feitos e, de consequência, a solução final do processo, com a realização mínima de atos e redução de custos para o judiciário, benefícios estes que tornam a Justiça mais rápida e eficiente.

Deu acesso real e de qualidade à justiça; Identificou e alcançou demandas reprimidas, com facilitação de acesso e resolução ágil dos conflitos. Outro fator importante em sua gestão é a presença

permanente nas unidades da justiça, pois para ser um bom gestor é necessário conhecer “in loco” a realidade, atuando diretamente na criação de programas e práticas voltadas ao atendimento do cidadão em conflito.

Como uma magistrada experiente, envolveu também entidades, colaboradores e a sociedade na entrega da prestação jurisdicional e aprimorou os recursos humanos, criando capacitação permanente e atmosfera de envolvimento.

Buscou alcançar milhares de pessoas em todo Estado, na maioria excluída e à margem do judiciário, dando-lhes acesso à justiça e efetiva possibilidade de mudanças no meio em que vive, além de dar ampla visibilidade ao judiciário, com conseqüente ganho de credibilidade à Justiça do Amapá.

Teve coragem e determinação, quando a crise econômica desabou sobre o Brasil e atingiu em cheio o Amapá e adotou medidas austeras de contenção de despesas, salvaguardando pagamento de salário integral de servidores, evitando, assim, o temido parcelamento.

A presidente do TJAP, Sueli Pini, deixará o cargo em março de 2017, mas desde já, sem clima de despedida, pois segunda ela há muito trabalho a ser realizado até lá, diz que seu trabalho como magistrada vai continuar, sempre voltado para o desenvolvimento e modernização do judiciário, aliado a um atendimento célere, humanizado e de qualidade ao cidadão.

“Essa é a minha obrigação. Quando ingressei na magistratura sabia que seria um desafio enorme. Sei que não podemos agradar a todos, mas acredito que tudo que conquistamos ao longo desses 25 anos de Justiça no Amapá, teve muitos mais acertos do que enganos. Outros me sucederão e é assim que deve ser. Sou apenas mais uma impulsionadora desta grande máquina chamada Justiça do Amapá. Muito já conquistamos, mas ainda há muito a ser feito”, disse a presidente do TJAP, desembargadora Sueli Pini.

Sueli Pereira Pini é natural da cidade de Sertãoópolis, interior do Estado do Paraná. Filha de camponeses, se formou em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, aos 22 anos de idade. Sempre à frente de seu tempo, deixou sua terra natal em busca de realizações em sua vida profissional e partiu para Rondônia, onde exerceu a advocacia de 1983 a 1990, e logo depois, após ser aprova-

da em um concurso público, ocupou o cargo de Procuradora daquele Estado (1990/1991).

Determinada, passou em mais um concurso público. Dessa vez para o cargo de juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Amapá, assumindo a titularidade de Vara Criminal na Capital Macapá em outubro de 1991.

No ano de 1996 foi designada para coordenar o então recém criado Juizado Especial Cível e Criminal da Capital. Estava ali selada uma relação mais que perfeita entre a sua natureza empreendedora e aquele inovador modelo de prestação jurisdicional.

Em 1996, ainda, surgiu a possibilidade de criar as modalidades das justiças itinerantes terrestre (realizada em um ônibus) e fluvial (feita dentro de um barco). Esta última, criada face à realidade da Amazônia, em que os rios, em sua maioria, são o único meio de acesso às comunidades.

Os anos foram passando e as jornadas foram ficando cada vez mais produtivas à medida que se foi ganhando experiência, tendo em vista que nas itinerâncias a competência jurisdicional é plena, podendo ser processada e julgada todas as matérias afetas à Justiça Estadual, buscando-se, assim, a solução dos conflitos sempre em prol da pacificação social.

Premiações foram várias, entre as principais, o Prêmio Cláudia, conferido pela Revista Cláudia da Editora Abril em 1998 às mulheres que pelo talento, perseverança e capacidade de criar soluções, contribuem para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, e a Menção Honrosa, recebida em 2004 na cidade de Brasília-DF, por ocasião do 1º Prêmio Inovare – O Judiciário do Século XXI, com o programa “Justiça Preventiva na Escola: Incluir e Educar para não Precisar Responsabilizar”.

Em 2005, foi escolhida para integrar o grupo de mil mulheres indicadas para concorrerem coletivamente ao Prêmio Nobel da Paz, selecionadas no mundo pelo Comitê Internacional da Fundação de Mulheres Suíças pela Paz.

No dia 2 de outubro de 2013, veio mais uma grande conquista. Pelo critério de merecimento, a magistrada passou a integrar, como desembargadora, a Corte da Justiça amapaense. E no dia 05 de março de 2015, aos 55 anos de idade, a magistrada tornou-se primeira mulher a assumir a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP).

"Quando ingressei na magistratura sabia que seria um desafio enorme. Sei que não podemos agradar a todos, mas acredito que tudo que conquistamos ao longo desses 25 anos de Justiça no Amapá, teve muitos mais acertos do que enganos. Outros me sucederão e é assim que deve ser."

PELOS TRIBUNAIS



LUÍZ SILVEIRA / AGÊNCIA CNJ

TJRR conquista o primeiro lugar em ranking do CNJ

Desembargador Almiro Padilha, presidente do TJRR: desafio da gestão vencido com expansão e eficiência.

■ ■ Desembargador Almiro Padilha tocou projetos de modernização

"Gerir uma Corte Estadual é um desafio. O Tribunal de Justiça de Roraima, apesar de ser o menor do país, possui todas as variáveis de uma grande Corte. A despeito das reformas pelas quais o Brasil tem passado nas últimas duas décadas, transformar organizações públicas em entidades eficientes é o desafio de toda gestão em todas as esferas do país." Foi assim que o presidente do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), desembargador Almiro Padilha, avaliou sua administração. "Em meu discurso de posse, em janeiro de 2015, elenquei alguns projetos, dentre eles, a pretensão de, juntamente com toda a minha equipe, magistrados e servidores, levar o Tribunal de Justiça de

minha terra à primeira colocação do IPC-JUS do CNJ. E isso foi possível", destacou. "No final da gestão, pude receber essa excelente notícia."

O Tribunal de Justiça de Roraima apareceu com IPC-jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) 100% e em 1º lugar dentre os Tribunais de Justiça de pequeno porte. "O mérito é de todos aqueles que fazem o Poder Judiciário Roraimense. A todos, meus sinceros agradecimentos", disse o desembargador.

Outra grande conquista para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima foi a instalação, em todas as comarcas, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs, atingindo 100% da Meta 3/2016 do

CNJ, sendo o primeiro Tribunal do Brasil a capacitar mediadores judiciais em todas as suas comarcas. "O que temos observado é que o Tribunal de Justiça de Roraima tem avançado em modernidade, com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e expansão das unidades. Tive a honra de poder inaugurar o Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva, projeto que teve início na minha gestão anterior e que a desembargadora Tânia Vasconcelos pôde dar andamento como presidente. Um prédio moderno, que abriga todas as Varas Criminais. Conseguimos entregar à sociedade um espaço digno para todos os atores da cena jurídica", afirmou.

Além disso, novas varas foram ins-

taladas para atender o aumento significativo da demanda. "Também empossamos novos servidores e magistrados. O nosso Tribunal inova na concepção de projetos que acolhem a sociedade de Roraima, como a Justiça Itinerante, Pai Presente, Maria vai à Escola, Patrulha Maria da Penha, Projetos voltados à Conciliação, entre outros", assinalou Padilha.

Outro grande desafio era a necessidade de avançar em tecnologia. Para isso, o Tribunal precisava investir, com a transformação de todos os processos físicos em eletrônico. "Neste ano de 2016, iniciamos a digitalização dos processos criminais que ainda tramitavam por meio físico. A meta é deixar 100% do acervo eletrônico", disse o desembargador.

Outra prioridade da gestão foi a motivação de magistrados e servidores. "O Estado de Roraima vem passando por dificuldades financeiras, e isso foi um grande desafio. Porém, temos lutado para criar condições para que todos possam trabalhar motivados. Os desafios que se colocam são muito grandes. Precisamos investir muito no ser humano para que ele esteja motivado e preparado para enfrentar essas dificuldades do dia a dia", observou.

Padilha disse que encerra a gestão com o sentimento de dever cumprido. "Posso dizer que termino minha gestão como presidente do Tribunal de Justiça deste Estado que tanto amo com a sensação de dever cumprido e com a certeza de que ainda temos um grande caminho a percorrer. Sabemos que a sociedade evoluiu bastante e continua evoluindo. Desta forma, novos interesses vão sendo incorporados pelo ordenamento jurídico, e novos deveres vão sendo colocados para o Estado. A Justiça precisa ser criativa, no sentido de buscar métodos eficazes para resolução de conflitos. Enquanto não entendermos esta realidade, corremos o risco de termos um Judiciário moroso, confuso e sonolento. Alcançamos muitas conquistas recentemente. E não podemos desistir. Nossa luta é incessante."

Como outro ponto alto da gestão, o Tribunal de Justiça de Roraima inaugurou, no dia 21 de novembro, o novo Fórum Criminal da Comarca de Boa Vista, Ministro Evandro Lins e Silva. A solenidade reuniu magistrados, servidores e autoridades locais. Ao entregar o prédio, o presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, desembargador Almiro Padilha, reforçou os benefícios que a nova estrutura irá

trazer à população, além de oferecer melhoria nas condições de trabalho aos magistrados e servidores. "Todos nós ganhamos muito em conforto e qualidade. O Tribunal de Justiça vai fazer 25 anos e permanecia, até então, com o mesmo Fórum. Era imprescindível esse crescimento. Nossas demandas judiciais têm aumentado muito ao longo dos anos, e hoje, com a nova estrutura, podemos atender melhor os anseios da população", disse.

O vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Roraima, Ednaldo Vidal, esteve presente na inauguração e afirmou que a OAB, como representante da sociedade, está enaltecida com o funcionamento do prédio. "Todos nós estamos enaltecidos e agradecidos com a entrega do Fórum Criminal, com espaços dignos e instalações adequadas à população, permitindo o exercício da judicatura com mais dignidade", afirmou.

O procurador de Justiça, Alessandro Tramuja, representando o Ministério Público de Roraima, elogiou a forma como o prédio foi projetado. "Gostaria de elogiar a preocupação do Poder Judiciário em atender não só os anseios dos servidores, magistrados e sociedade em geral, mas também os demais órgãos que colaboram com a Justiça."

Almiro Padilha é natural de Júlio de Castilho-RS. Formou-se em Ciência Jurídica e Social pela Unicruz - Universidade de Cruz Alta-RS, em 1988. Chegou em Roraima em 01/12/1990. Atuou na advocacia de 1990 a 2001. Foi presidente da OAB/RR por três vezes (1993/1994; 1995/1997; 2001). Tomou posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima em setembro de 2001. Presidiu a Associação dos Magistrados de Roraima - AMARR no biênio 2002/2005. Foi vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral-TRE/RR no biênio 2005/2006. Foi presidente do TRE nos anos de 2007/2008. Presidiu o Tribunal de Justiça no biênio 2009/2011. Foi Corregedor-Geral de Justiça por duas vezes (2003/2005 e 2011/2012). É doutorando em Direito Privado na Universidade Del Museo Social de Buenos Aires - Argentina. Foi professor (voluntário) de Processo Civil do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima e professor titular de Processo Civil da Faculdade Cathedral. Assumiu pela segunda vez a presidência do TJRR em 30 de janeiro de 2015, cargo que ocupa até então e que encerrará em janeiro de 2017.

"A Justiça precisa ser criativa, no sentido de buscar métodos eficazes para resolução de conflitos. Enquanto não entendermos esta realidade, corremos o risco de termos um Judiciário moroso, confuso e sonolento. Alcançamos muitas conquistas recentemente. E não podemos desistir. Nossa luta é incessante"



Tribunal de Justiça da Paraíba comemora 125 anos de história

O avanço e a tradição do Tribunal de Justiça da Paraíba foram aspectos ressaltados durante solenidade realizada na tarde do dia 20 de outubro passado, na Sala de Sessões do Pleno, em comemoração à passagem dos 125 anos de instalação da Corte estadual de Justiça, completados no último dia 15 de outubro. O Tribunal de Justiça foi criado através do Decreto nº 9, de 30 de setembro de 1891, na gestão do Governador Venâncio Neiva.

De acordo com o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, juízes, desembargadores de "ontem" e de "hoje" têm construído a história da Corte em busca de uma Justiça cada

vez melhor e mais efetiva. "Estamos conseguindo virtualizar os processos e avançar para combater a morosidade da Justiça, visando atender ao público da melhor forma possível, mas sempre conservando as lições dos mais antigos, que deixaram os alicerces para tudo que estamos construindo hoje", afirmou.

Durante o evento, a Corte prestou homenagem ao juiz aposentado, historiador e professor Humberto Cavalcanti de Mello, que recebeu Medalha e Diploma do Mérito Judiciário, na categoria Alta Distinção – comenda voltada àqueles que prestaram relevantes serviços à Justiça.

Na ocasião, o presidente Marcos Cavalcanti ressaltou que o homena-

geado foi perseguido, junto a outros 11 colegas, pelo AI nº 05, do Golpe Militar de 64. Depois foi reintegrado ao cargo de juiz. "Um grande historiador, que nunca se negou a vir ao Tribunal quando solicitado, para participar de eventos, realizar conferências, palestras. Uma personalidade ímpar do Judiciário. Reconhecemos, com gratidão, tudo o que ele representa", pontuou.

Por sua vez, o juiz Humberto Mello, historiador membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e da Academia Paraibana de Letras, se disse honrado com as homenagens. E destacou a evolução do Poder Judiciário. "Venho colaborando com vários setores desta Casa



Fachada do prédio do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB): 125 anos de uma história marcada pelo progresso crescente.

desde 1989 e, de lá para cá, sempre estive à disposição. O Tribunal vem numa linha ascendente de progresso. Hoje sinto muita satisfação. Estou alegre e grato com o reconhecimento”, declarou.

O evento contou também com o do livro “Atos Normativos 2015”, publicação produzida pelo Poder Judiciário, através da Comissão de Cultura e Memória do TJPB, além de exibição de um vídeo sobre a história do Tribunal.

HISTÓRIA

O Tribunal de Justiça da Paraíba foi criado a 30 de setembro de 1891, pelo Decreto nº. 69, com o nome de Superior Tribunal de Justiça. O Decreto foi assinado pelo Governador do Estado, Venâncio Neiva. Pelo mesmo decreto foi designado o dia 15 de outubro daquele ano para sua instalação. A 9 de outubro, o Governador Venâncio Neiva nomeava os Desembargadores e de-

mais integrantes da Magistratura paraibana. Para o Superior Tribunal de Justiça foram nomeados os bacharéis Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, Juiz de Direito de Santa Rita; Augusto Carlos de Amorim Garcia, que fora Juiz de Direito de Bananeiras, e ocupava, interinamente, o cargo de Diretor da Instrução Pública; Francisco de Gouveia Cunha Barreto, Juiz de Direito do Pilar, no exercício da comissão de Chefe de Polícia; Amaro Gomes Carneiro Beltrão, Juiz de Direito de Guarabira; e Vicente Saraiva de Carvalho Neiva, Juiz de Direito de Vitória, Espírito Santo.

No dia seguinte, o Governador completava os quadros burocráticos do Tribunal, com as nomeações do professor Francisco Xavier Júnior para a Secretaria, de Aureliano Filgueiras para os cargos de amanuense e arquivista, e de José Maria de Carvalho Serrano como porteiro e contínuo.

REPERCUSSÃO NA IMPRESSA

Em sua edição de 15 de outubro de 1891, o jornal governista Estado do Parahyba, órgão do Partido Republicano, justificava o contentamento do povo paraibano pela criação do Tribunal, com oportunas observações sobre o significado do evento. A transcrição desse documento se impõe pelo valor subsidiário de que se reveste para a história do Judiciário paraibano: “Um dos mais importantes benefícios trazidos pelo atual sistema de governo é a criação em cada Estado de um Tribunal de Justiça de Segunda Instância. É de simples intuição a vantagem que, para as nossas relações públicas e privadas, decorre dessa instituição judiciária, que vem cercar de mais prontas garantias os interesses dos membros da sociedade.

As importantes atribuições conferidas pela nossa organização judiciária a esse superior tribunal, em virtude da qual compete-lhe,



além de outras que lhe são privativas, julgar em segunda e última instância as sentenças e despachos proferidos pelos juízes de Direito, constituem a mais plena garantia aos direitos dos cidadãos.

De sorte que os erros praticados pelos juízes singulares, que não podem ter o dom da infalibilidade em seus atos, poderão ser corrigidos pelo juízo coletivo, para o qual têm as partes litigan-

tes recursos para melhormente garantir os seus interesses. Desta sorte, a causa da Justiça, que é o princípio regulador do equilíbrio social, uma verdadeira conquista da civilização alcançada no campo da luta pela vida, terá mais sólidas garantias.

Era uma necessidade já bem sentida desde o regime passado o estabelecimento de Tribunais de Justiça de Segunda Instância nas

circunscrições territoriais então chamadas províncias.

PLEITOS JUDICIAIS

A ação da Justiça, que dependia desses tribunais, era muito demorada não só pela superabundância de feitos, como ainda pela grande distância que separava as partes litigantes de diferentes localidades da sede dos mesmos Tribunais. O que, não raramente, acarreta-



■ ■ Sala do Pleno do TJPB: a justiça consagrada desde 30 de setembro de 1891.

va graves prejuízos aos interesses particulares e sociais. Esses inconvenientes, porém, estão atualmente anulados pela existência nos Estados federados da instituição de Justiça de Segunda Instância.

Hoje, em face do que dispõe o artigo 264 da Organização Judiciária do

Estado, terá lugar a solenidade de instalação do nosso Superior Tribunal de Justiça.

Para membros desse Tribunal, foram nomeados magistrados respeitáveis por sua ilustração jurídica, a maioria dos quais tem uma longa prática de julgar, de sorte que, reunindo eles os atributos indispensáveis ao juiz, serão uma garantia para os direitos dos que perante si tiverem de litigar.

Daqui por diante, não havendo mais necessidade de recorrer-se ao Tribunal da Relação do distrito que tinha a sede na capital de Pernambuco, serão os nossos feitos julgados com mais presteza, e despesas inferiores terão de ser realizadas pelas partes nos processos que intentarem para fazerem valer o seu direito.

Grande deve ser, portanto, a satisfação do povo paraibano com a instalação desse Superior Tribunal, que vai exercer tão importantes funções em nossas relações sociais e poderosa influência em nossa vida autônoma."

INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL

A instalação do Superior Tribunal de Justiça foi um acontecimento que, pelo seu significado social, administrativo e político, revestiu-se de um brilhantismo incomum, na jubilosa manifestação do povo paraibano, pela criação da sua Casa de Justiça, há tantos anos reclamada para melhor assistência aos seus interesses na área do Judiciário. A solenidade teve lugar no Salão das Sessões do Congresso Estadual. Como informava o Estado do Parahyba, em sua edição de 16 de outubro de 1891: "Foi uma brilhante solenidade, durante a qual tocou a banda de música do Corpo Policial, e a mais viva satisfação manifestava-se nas fisionomias dos assistentes, que naturalmente viam

naquele Tribunal que se instalava uma verdadeira conquista do nosso progresso social".

De como decorreu a solenidade, vale a pena ler a ata da sessão de instalação que, como primeiro documento oficial do Tribunal, é uma espécie de certidão do seu nascimento, ora transcrita com a ortografia atualizada pelo copista, como os demais documentos aqui reproduzidos:

"Ata de Instalação do Superior Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba do Norte. Aos quinze dias do mês de outubro de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da República dos Estados Unidos do Brasil, às 11 horas da manhã, na Capital do Estado da Paraíba do Norte, no Salão das Sessões do Congresso do mesmo, designado para funcionar provisoriamente o Superior Tribunal de Justiça, achando-se presente o Governador do Estado, Doutor Venâncio Neiva, e quatro dos Desembargadores, nomeados por ato de nove deste mês, bacharéis Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, Augusto Carlos de Amorim Garcia, Francisco de Gouveia Cunha Barreto e Amaro Gomes Carneiro Beltrão, pelo Governador foi conferida, de conformidade com o que preceitua o artigo duzentos e cinquenta e nove do Decreto número sessenta e nove de trinta de setembro último, aos mencionados Desembargadores a posse dos respectivos cargos, Reunidos os mesmos sob a presidência do mais velho, bacharel Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, este deu posse ao Secretário do Tribunal cidadão Francisco Xavier Júnior, e em seguida declarou instalado o Superior Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba do Norte.

Depois procedeu-se nos termos do artigo citado, à eleição do Presidente, por escrutínio secreto; e,



obtendo três votos o Desembargador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, e um, o Desembargador Augusto Carlos de Amorim Garcia, foi aquele eleito, contraindo em seguida perante o Tribunal o compromisso legal, dando posse aos demais empregados da Secretaria do Tribunal e recebendo compromisso respectivo, sendo estes, o amanuense e arquivista Aureliano Filgueiras, e porteiro e contínuo José Maria de Carvalho Serrano.

Na mesma ocasião, apresentando o título de nomeação de Procurador Geral da Justiça o Desembargador Amaro Gomes Carneiro Beltrão, pelo Presidente do Tribunal foi conferida ao mesmo a posse desse cargo, depois de haver contraído perante o dito Presidente o compromisso legal. Pelo Tribunal foi resolvido que, em vista da não existência de Regimento, ficava aceito provisoriamente o da Relação do Recife, ficando designado o Desembargador Francisco de Gouveia Cunha Barreto para organizar um projeto de Regimento, bem como foram marcados os dias de terça e sexta-feiras, de cada semana, para as sessões do Tribunal, a começar do dia vinte do corrente mês, expedindo-se edital para conhecimento dessa deliberação.

Depois da instalação do Tribunal, o Presidente provisório, Desembargador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, proferiu uma alocução sobre esta instituição, produzindo uma outra de agradecimento depois de sua eleição para Presidente efetivo. Terminado por essa forma o ato solene da instalação e concluídas as deliberações do Tribunal, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Doutor Governador do Estado, membros do mesmo Tribunal, empregados da respectiva Secretaria e diversos cidadãos presentes. Francisco Xavier Júnior, Secretário do Superior Tribunal de Justiça, a escreveu e subscrevo. Venân-

cio Neiva – Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, Augusto Carlos de Amorim Garcia, Francisco de Gouveia Cunha Barreto, Amaro Gomes Carneiro Beltrão, Francisco Xavier Júnior, Aureliano Filgueiras, José Maria de Carvalho Serrano. [...]"

DESEMBARGADOR VICENTE NEIVA

O Tribunal, na data da sua instalação, não teve empossados todos os seus membros. O Desembargador Vicente Neiva, que se encontrava no exercício do cargo de Juiz de Direito da Capital do Espírito Santo, só seria investido em suas funções quinze dias depois, no dia 30 de outubro de 1891.

Esse órgão venancista, em sua edição do dia 29, dá destaque à notícia do seu desembarque, no dia anterior, quando foi recebido pelo Governador do Estado, membros da magistratura e figuras influentes da política, do comércio e da sociedade.

O mesmo jornal, dois dias depois, noticia a sua posse como Desembargador e faz referência às homenagens que recebeu, tendo sido cumprimentado, às 6 horas da tarde do dia da sua posse, pela "banda de música do Corpo Policial, tocando diversas peças em frente à casa de sua residência", conforme informação do Estado do Parahyba.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

A primeira sessão ordinária do Superior Tribunal de Justiça foi realizada a 20 de outubro de 1891, sendo iniciados os seus trabalhos às dez horas. O primeiro feito submetido a julgamento foram os autos de recurso criminal de habeas corpus, que tinha como recorrente o Juiz de Direito da Segunda Vara da Capital e como recorrido Godofredo Luiz Pereira Lima.

Foram os autos distribuídos ao Desembargador Augusto Carlos de Amorim Garcia, que concedeu vis-

tas ao Procurador Geral da Justiça, Desembargador Amaro Gomes Carneiro Beltrão. Antes de encerrar a sessão, o Presidente comunicou aos presentes que oficiara ao Presidente da Relação de Pernambuco, solicitando a remessa das causas ali existentes, cujo conhecimento devia pertencer ao Tribunal.

O GOLPE DE FLORIANO

Em fins de dezembro de 1891, a Paraíba começava a sofrer os efeitos políticos do golpe de Estado, de 23 de novembro daquele ano, que determinou o afastamento do Marechal Deodoro da Fonseca. Como nos outros Estados, processou-se também na Paraíba o desencadear de um movimento com a finalidade de oferecer características populares à deposição do Governador Venâncio Neiva.

A 27 de dezembro, instala-se no governo uma junta chefiada pelo Coronel Cláudio Savaget, Comandante do 27º Batalhão, sediado na Capital. Venâncio Neiva resiste às intenções do movimento a que o Estado do Parahyba chamou de deposição maniqueísta. Não reconhece legitimidade na Junta e se declara no exercício do cargo de Governador. No dia 29, Floriano Peixoto manda reintegrá-lo no poder, num gesto a que Celso Mariz considerou uma "ordem calculada e insidiosa".

Esses acontecimentos iriam atingir fundamentalmente a normalidade dos trabalhos do Tribunal, pela condição do seu Presidente, Desembargador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, como ocupante do cargo de Vice-Governador do Estado.

Na sessão de 29 de dezembro de 1891, o Tribunal, por sugestão do Desembargador Amaro Gomes Carneiro Beltrão, resolve officiar ao Governador Venâncio Neiva, felicitando-o pelo restabelecimento da legalidade e pela sua conservação no



ANTONIO DAVID DINIZ

Governo do Estado. No dia seguinte, o Desembargador Fonseca assume o Governo do Estado, em virtude da licença requerida ao Tribunal pelo Governador Venâncio Neiva.

DESEMBARGADOR FONSECA É DEPOSTO

A licença, de três meses, foi concedida na sessão do dia 31, sem vencimentos, tal como requerera o Governador, que pretendia viajar à Capital Federal, com a finalidade de tratar de interesses do Estado. Naquele mesmo dia, em nova investida da Junta Governativa, é deposto o Desembargador Fonseca do Governo do Estado.

Profundamente chocado com os acontecimentos que resultaram em sua deposição, não voltou mais o velho e respeitável magistrado à Presidência do Tribunal, cabendo ao Desembargador Augusto Carlos de Amorim Garcia substituí-lo durante os poucos dias que restaria àquela nossa primeira Corte de Justiça.

Com a posse da Junta Governativa, começou a derrubada imposta pela nova situação política do Estado. Logo nos primeiros dias, foram baixados vários decretos, dentre eles o da dissolução do Congresso Estadual. A 2 de fevereiro de 1892, pelo Decreto nº. 8, foram anulados os atos referentes à organização judiciária, com a dissolução do Superior Tribunal de Justiça.

TRIBUNAL REAGE À DISSOLUÇÃO

Na sessão realizada a 5 de fevereiro do mesmo ano, o Presidente interino, Desembargador Amorim Garcia, dá conhecimento aos demais integrantes do Tribunal, presentes à reunião, de um exemplar do jornal O Parahybano, edição de 4 de fevereiro de 1892, com o citado Decreto, enviado, sem ofício, pelo Secretário do Governo. Ao gesto descortês e inamistoso, resolveu o Tribunal lavrar em ata o seguinte protesto:

Peças de mobiliário mantêm vivos, no TJPB, os 125 anos de história da Corte judiciária da Paraíba.

“O Supremo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba aos seus jurisdicionados e ao país. O ato inqualificável pelo qual a Junta Governativa deste Estado acaba de dissolver o Superior Tribunal de Justiça e toda a magistratura estadual, só é digno dos tempos nefastos da anarquia que infelizmente nos assoberba. Dispensamo-nos de combater os paradoxos jurídicos que se contêm nos diversos considerandos que fundamentam o Decreto número oito, datado de dois do corrente mês e que nos foi apresentado hoje, em sessão ordinária, porque, como magistrados, habituados a julgar as causas com calma e serenidade peculiares à nossa classe, não poderíamos, sem acrimônia, desempenhar uma tarefa tão penosa, qual a de tomar ao sério o que não se recomenda senão como um pretexto,

EDNALDO ARAÚJO



Detalhe da fachada do prédio do TJPB: arquitetura exuberante.

como uma arma de guerra, para se ferir uma classe inteira que, se não tem títulos e virtudes marciais, tem orgulho em sua pobreza honrada de ser a depositária de grandes virtudes cívicas, as quais constituem incontestavelmente o melhor elemento da ordem na sociedade. A nós, pois, membros do Superior Tribunal de Justiça, e aos nossos dignos colegas, membros da magistratura estadual, neste momento angustioso, em que de todas as partes do país e do próprio seio do parlamento nacional, irrompem gritos de desespero pelo futuro da pátria, a nós, na posição pacífica, mas superior, que nos compete, incumbe somente lavrar, como lavramos, o nosso protesto contra o ato de violência descomunal com que nos feriu o cidadão Coronel Cláudio do Amaral Savaget, comandante da guarnição militar e presidente da junta governativa deste Estado. Temos bastante dignidade para não nos avassalarmos à prepotência, a poder algum fora da lei, que foi, é e será sempre a nossa égide, a nossa bandeira gloriosa, mas abandonamos temporariamente os nossos postos, porque, sendo certo o emprego da

força militar contra nós, queremos poupar ao ilustre coronel o trabalho de nos mandar, no recinto calmo deste Tribunal, despir a toga de magistrado e nos arrancar das cadeiras de juízes por praças do seu batalhão”.

A ata dessa sessão foi assinada pelos Desembargadores Augusto Carlos de Amorim Garcia, Presidente interino; Francisco de Gouveia Cunha Barreto e Amaro Gomes Carneiro Beltrão; pelo Juiz de Direito Maximiano José de Inojosa Varejão; e pelo Secretário Francisco Xavier Júnior. O Desembargador Amaro Beltrão aprovou, com restrições, a nota de protesto, justificando o seu voto com as seguintes palavras: “Tendo eu protestado contra o ato de dissolução do Congresso e suspensão da Constituição do Estado, implicitamente, protestei de todos os atos conseqüência daquela violência. Nada hoje temos de estável e é um fruto por demais nocivo o ataque que acaba de ser feito ao Poder Judiciário deste Estado, único poder que nas repúblicas deve ser permanente, para nele encontrar o povo defesa dos seus direitos nos tempos difíceis. No entanto não subscrevo

o protesto em todas as suas partes, por nela achar idéias que não são minhas, qualificativos que podiam ser dispensados e se individualizar o nome de um dos membros da Junta Governativa”.

Deliberou, ainda, o Tribunal que permanecessem em poder do Secretário, para o seu conveniente destino, todos os autos apresentados para julgamento, papéis e livros existentes na Secretaria. O Tribunal, apesar dos acontecimentos que culminaram na deposição do Vice-governador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, continuou funcionando normalmente, até o ato de sua dissolução, realizando, desde a sua instalação, trinta e duas sessões.

Não abdicou, assim, de suas prerrogativas constitucionais, senão ante o abuso de poder, manifestado através do ato arbitrário que o dissolveu.

[Dados extraídos da quinta edição do livro 'História do Tribunal de Justiça da Paraíba', de Deusdedit Leitão e Evandro da Nóbrega, Edições do TJ-PB, Gráfica JB, João Pessoa, 2005]. Por Valter Nogueira e Gabriela Parente.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque
Presidente

Des. José Ricardo Porto
Vice-Presidente

Des. Arnóbio Alves Teodósio
Corregedor-Geral da Justiça



**Desembargado Marcos
Cavalcanti de Albuquerque**

Presidente do Tribunal
de Justiça da Paraíba
(2015-2017)

Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Des^a. Maria De Fátima

Moraes Bezerra Cavalcanti

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

Des. Joás de Brito Pereira Filho

Des^a. Maria das Neves do Egito

de Araújo Duda Ferreira

Des. Arnóbio Alves Teodósio

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Des. João Benedito da Silva

Des. João Alves da Silva

Des. Frederico Martinho

da Nobrega Coutinho

Des. José Ricardo Porto

Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Des^a. Maria das Graças Moraes Guedes

Des. Leandro dos Santos

Des. José Aurélio da Cruz

Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho



ABRACE ESSA CAUSA COM A GENTE

Nesse mês de setembro, os cartórios de protesto do estado de São Paulo lançam a campanha "Protesto do Bem" que vai arrecadar recursos para o atendimento de crianças com câncer do GRAACC. Qualquer pessoa pode participar da campanha e fazer sua doação pelo site:

www.protestodobem.com.br



PESQUISA GRATUITA DE PROTESTO: www.protestosp.com.br